

PREGÃO ELETRÔNICO

90002/2026

CONTRATANTE (UASG)

160545

OBJETO

Aquisição de material de consumo laboratorial, insumos, calibradores e controles destinados ao Laboratório de Análises Clínicas do Hospital de Guarnição de São Gabriel da Cachoeira, para utilização em equipamentos laboratoriais pertinentes de propriedade do hospital

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 549.061,05

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Conforme publicação Data/Hora no DOU

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por grupo e item

MODO DE DISPUTA:

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
AMPLA CONCORRÊNCIA



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

PREGÃO ELETRÔNICO
HOSPITAL DE GUARNICA O DE SA O GABRIEL DA CACHOEIRA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026
Processo Administrativo nº 64598.000313/2026-15

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o(a) HOSPITAL DE GUARNICA O DE SA O GABRIEL DA CACHOEIRA, CNPJ 09.561.263/0001-44, por meio do(a) Setor de Aquisições, Licitações e Contratos, sediado(a) QUINTINO DE SA CAVALCANTI, 250, bairro DABARU, na cidade de SA O GABRIEL DA CACHOEIRA/AM , CEP 69750000, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade Pregão Eletrônico, na forma Eletrônica, com critério de julgamento Menor Preço , [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do [Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da Sessão Pública: A ser definida pelo sistema.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é Aquisição de material de consumo laboratorial, insumos, calibradores e controles destinados ao Laboratório de Análises Clínicas do Hospital de Guarnição de São Gabriel da Cachoeira, para utilização em equipamentos laboratoriais pertinentes de propriedade do hospital. conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em 118 (cento e dezoito) itens isolados e 1 (um) grupos, sendo este(s) último(s) formado(s) por dois ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência/Projeto Básico.

1.2.1 relativamente ao(s) item(s) isolado(s), faculta-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse;

1.2.2 relativamente ao(s) grupo(s), faculta-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123 de 2006](#).

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.11. sociedades cooperativas;

3.7.12. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.9. O impedimento de que trata o item 3.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.4 e 3.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12. O disposto nos itens 3.7.4 e 3.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.14. A vedação de que trata o item 3.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.4.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.4.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.4.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.4.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.4.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.4.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.4.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.4.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.4.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.4.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.4.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.5. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da [Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025](#), para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

5.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 5

5.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.11. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

5.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos: item (ns) e/ou grupo (s).

6.1.1. Valor expresso em Reais (R\$).

Seq	Item/Grupo	Periodicidade
1	Grupo 1	Unitário

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valor entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de

Seq	Item/Grupo	Intervalo Mínimo (em R\$)
1	Grupo 1	R\$ 0,01

- 7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.
- 7.11. No modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação .
- 7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o , auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

- 7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).
- 7.19. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 7.19.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
 - 7.19.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
 - 7.19.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do [Decreto nº 11.430, de 2023](#), e da [Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025](#);
 - 7.19.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e [Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025](#).
- 7.20. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 7.20.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
 - 7.20.2. empresas brasileiras;
 - 7.20.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - 7.20.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 7.21. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.
- 7.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 7.22.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência/Projeto Básico.
 - 7.22.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
 - 7.22.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.22.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.22.5. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.22.6. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na [Lei nº 8.429, de 1992](#), também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

8.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 8.6.1. conter vícios insanáveis;
- 8.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 8.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;
- 8.6.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 8.6.5. não cumprir os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência.
- 8.6.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.8. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

- 8.8.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 8.8.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.9. Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

- 8.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, contratação semi-integrada ou contratação integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 8.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.
- 8.9.3. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

8.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semiintegrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.11.2. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.11.3. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de

produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.11.4. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.15. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.16. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.17. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.19. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei .

9.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.9. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digítals quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.11. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

9.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.13. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.11.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas , para:

9.13.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.13.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.13.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.14. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.11.1

9.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou

c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.6.1. A existência do registro do Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:.

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico salcdohgusgc@gmail.com

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

- 14.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 14.2.1. advertência;
 - 14.2.2. multa;
 - 14.2.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 14.3.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0.5% a 15% do valor do contrato licitado.
 - 14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo o qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: salcdohgusc@gmail.com

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico salcdohgusgc@gmail.com

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. ANEXO I - Termo de Referência.

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

16.11.2. ANEXO II - Minuta de Termo de Contrato

16.11.3. ANEXO III - Minuta de Ata de Registro de Preços

16.11.4. ANEXO IV - Modelo de Proposta de Preço

São Gabriel da Cachoeira , 31 de março de 2026



Documento assinado digitalmente

MARCO AURELIO VIANELLO

Data: 31/03/2026 15:08:24-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

.....
MARCO AURÉLIO VIANELLO-TC
ORDENADOR DE DESPESA DO HGUSGC

HOSPITAL DA G. S. GABRIEL DA CACHOEIRA

Estudo Técnico Preliminar 5/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 64598.000313/2026-15

2. Descrição da necessidade

LABORATORIAL - Aquisição de Material de Consumo Laboratorial

2.1 Objeto da Contratação: O Serviço de Laboratório de Análises Clínicas da Divisão de Farmácia do Hospital de Guarnição de São Gabriel da Cachoeira (HGuSGC) necessita constituir Registro de Preços para eventual aquisição de materiais consumíveis de diagnóstico laboratorial (material de consumo laboratorial, insumos e materiais de consumo), para equipamentos laboratoriais pertinentes próprios, conforme especificações técnicas e quantidades estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.

2.2 Contexto Operacional e Demanda Histórica: O Hospital de Guarnição de São Gabriel da Cachoeira (HGuSGC) opera o único Laboratório de Análises Clínicas (LAC) do município, responsável por exames essenciais ao diagnóstico e acompanhamento clínico de pacientes atendidos em todos os setores da instituição. O histórico de demanda dos últimos três anos evidencia crescimento consistente: no primeiro ano foram realizados 50 mil exames atendendo aproximadamente 10.200 pacientes; no segundo ano, 70 mil exames para cerca de 10.800 pacientes; e no terceiro ano, 92 mil exames com atendimento a aproximadamente 11.500 pacientes. Esta trajetória representa um crescimento de 84% no volume de exames e 12,7% na população assistida, indicando tanto o aumento de complexidade diagnóstica quanto a consolidação do LAC como referência laboratorial regional.

2.3 Portfólio de Serviços e Criticidade Operacional: O LAC oferece atualmente as seguintes modalidades de análises: bioquímica clínica (glicose, eletrólitos, função renal e hepática, lipidograma e demais marcadores bioquímicos); hematologia (hemograma, contagem de plaquetas, índices hematimétricos); coagulação (tempo de protrombina, tempo de tromboplastina parcial ativada, fibrinogênio); urinálise (análise física, química e microscópica); coproanálise (parasitologia e detecção de patógenos entéricos); imunohematologia (tipagem sanguínea, prova cruzada); e testes rápidos para diagnóstico de doenças sexualmente transmissíveis, arboviroses e malária.

2.3.1 A criticidade operacional do LAC é absolutamente vital para a continuidade assistencial hospitalar. Qualquer interrupção no fornecimento de material de consumo laboratorial e insumos causa descontinuidade total da rotina laboratorial pelos seguintes motivos: primeiro, a região não dispõe de laboratórios privados ou públicos alternativos que possam absorver a demanda; segundo, São Gabriel da Cachoeira está localizada a aproximadamente 900 quilômetros de Manaus, com acesso predominantemente fluvial, o que torna logisticamente inviável o envio de amostras para análise externa, especialmente considerando-se os períodos sazonais de cheia e seca que afetam a navegação; terceiro, atrasos diagnósticos comprometem diretamente os tratamentos em andamento e aumentam significativamente a morbidade e mortalidade da população assistida.

2.4 Impacto Social e Vulnerabilidade Populacional: Como o HGuSGC é a única unidade de saúde com capacidade laboratorial do município, a descontinuidade de exames acarretaria impactos diretos de gravidade: atrasos diagnósticos em patologias agudas e crônicas, comprometimento de protocolos terapêuticos que dependem de monitoramento laboratorial contínuo (como anticoagulação e controle glicêmico), impossibilidade de detecção precoce de surtos epidemiológicos (arboviroses, doenças sexualmente transmissíveis, parasitoses), e risco aumentado de complicações clínicas e óbitos evitáveis.

2.4.1 O contexto de vulnerabilidade populacional amplifica ainda mais estes riscos. O hospital atende predominantemente população indígena, representando aproximadamente 90% dos atendimentos, que apresenta características específicas: acesso limitado ou nulo a alternativas diagnósticas fora do município, maior prevalência de doenças infecciosas e parasitárias em relação à população geral, dependência exclusiva do LAC para confirmação diagnóstica de patologias que requerem investigação laboratorial, e vulnerabilidade particular a interrupções de serviço devido à impossibilidade de deslocamento para outras regiões.

2.4.2 A continuidade operacional do LAC alinha-se com fundamentos legais e políticos de relevância: a Lei 14.133/2021, em seu artigo 5º, estabelece como princípios norteadores da contratação pública a eficiência e o interesse público; a Constituição Federal, em seu artigo 196, reconhece a saúde como direito de todos; e a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI) estabelece diretrizes específicas para garantia de acesso equitativo a serviços de saúde para populações indígenas. Desta forma, a manutenção ininterrupta do laboratório não é meramente uma questão administrativa, mas uma obrigação constitucional e legal do Estado.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Laboratório de Análises Clínicas	ALEXANDRE MARTINS DA CUNHA - Capitão
Divisão de Farmácia	ALEXANDRE MARTINS DA CUNHA - Capitão

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A presente contratação observará critérios éticos de sustentabilidade, conforme estabelecido no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, sem prejuízo dos padrões mínimos de qualidade, desempenho e conformidade técnica exigidos para garantir a segurança dos pacientes e a confiabilidade dos resultados laboratoriais.

Requisitos de Sustentabilidade Ambiental

4.1 Os fornecedores deverão atender aos seguintes requisitos de sustentabilidade, adaptados à natureza específica de material de consumo laboratorial e equipamentos laboratoriais pertinentes:

4.1.1 Os bens, quando aplicável à sua natureza, sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico e biodegradável, em conformidade com as normas ABNT NBR 15448-1 e 15448-2. Para material de consumo laboratorial, este requisito aplica-se prioritariamente aos materiais de embalagem secundária e terciária, preservando-se a integridade e esterilidade dos produtos conforme normas de segurança laboratorial.

4.1.2 Os bens devem ser acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis ou biodegradáveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento. Para material de consumo laboratorial, as embalagens devem manter as condições de estabilidade exigidas (temperatura, umidade, proteção luminosa), sendo admitidas exceções quando a conformidade com requisitos de sustentabilidade comprometer a viabilidade técnica do produto ou sua segurança de uso.

4.1.3 Os bens não devem conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na Diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilos polibromados (PBBs) e éteres difenil-polibromados (PBDEs). Este requisito aplica-se especialmente aos equipamentos laboratoriais pertinentes, componentes eletrônicos e materiais estruturais, sem prejuízo da conformidade com regulamentações específicas de segurança laboratorial.

4.1.4 A comprovação dos critérios de sustentabilidade ambiental poderá ser realizada mediante apresentação de: certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada; declaração de conformidade do fabricante; relatório técnico de análise de ciclo de vida do produto; ou qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital. Para material de consumo laboratorial importado, serão aceitas certificações equivalentes emitidas por organismos internacionais reconhecidos, desde que comprovada a equivalência com as normas brasileiras.

4.1.6 Antes da assinatura do contrato, em caso de inexistência de certificação que ateste a adequação aos critérios de sustentabilidade, poderá ocorrer a realização de diligências para verificar a conformidade do produto às exigências do ato convocatório. Caso não se confirme a adequação do produto aos requisitos de sustentabilidade, a proposta selecionada será desclassificada, ressalvados os casos em que a impossibilidade técnica de atendimento ao requisito for devidamente documentada e justificada pelo fornecedor, mediante análise técnica pela administração.

4.2 Requisitos Específicos para Contexto Amazônico e Isolamento Geográfico:

Considerando a localização de São Gabriel da Cachoeira e as particularidades operacionais do HGuSGC, serão exigidos requisitos adicionais.

4.2.1 Deverá ser garantida a disponibilidade de suporte técnico remoto (telefone, videoconferência, e-mail) com resposta em até 12 (doze) horas para questões críticas que afetem a operacionalidade do laboratório.

Comprovação de Conformidade:

4.3 A comprovação de atendimento aos requisitos descritos nesta seção deverá ser realizada mediante documentação técnica apresentada na proposta ou durante as fases de habilitação e julgamento, conforme estabelecido no Termo de Referência e no edital de licitação. A administração se reserva o direito de realizar testes, análises ou diligências técnicas adicionais para verificar a conformidade dos produtos aos requisitos exigidos, especialmente quanto a aspectos de qualidade, desempenho e sustentabilidade.

Justificativa para Não Exigência de Garantia Contratual

4.4 Não haverá exigência de garantia da contratação conforme previsto nos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas seguintes razões:

4.4.1 Natureza e Características do Objeto

4.4.1.2 O objeto da presente contratação compreende a aquisição de material de consumo laboratorial (bens consumíveis de vida útil limitada). Esta estrutura específica afasta a necessidade de garantia contratual tradicional pelos seguintes motivos:

4.4.1.3 Material de consumo laboratorial é produto consumível com validade determinada pelo fabricante, tipicamente entre 6 (seis) e 24 (vinte e quatro) meses. A garantia de qualidade destes produtos é assegurada mediante: certificação ANVISA de conformidade com normas de segurança e eficácia; Certificado de Análise emitido pelo fabricante para cada lote fornecido; e conformidade com especificações técnicas descritas no Termo de Referência. Desta forma, a garantia de qualidade é inerente ao próprio produto e não necessita de mecanismo adicional de proteção contratual.

4.4.2 A proteção dos interesses do Hospital será garantida através de mecanismos contratuais alternativos, mais adequados à natureza específica desta contratação:

4.4.2.1 Cláusulas de penalidade por não conformidade: O contrato incluirá disposições que estabelecem multas progressivas por atraso na entrega, fornecimento de material de consumo laboratorial fora das especificações técnicas, ou indisponibilidade de equipamentos laboratoriais pertinentes que comprometam a operacionalidade do laboratório. Estas penalidades serão descontadas diretamente das faturas mensais do fornecedor.

4.4.2.2 Obrigação de reposição: O fornecedor será obrigado a repor, sem custo adicional, qualquer lote de material de consumo laboratorial que apresente não conformidade com as especificações técnicas ou que chegue ao Hospital com prazo de validade inferior ao estabelecido no edital (mínimo de 75% da vida útil do produto).

4.4.2.3 Cláusula de rescisão por inadimplemento: O Hospital poderá rescindir o contrato imediatamente, sem indenizações, caso o fornecedor deixe de cumprir obrigações essenciais, incluindo: não fornecimento de material de consumo laboratorial no prazo estabelecido, fornecimento de produtos fora das especificações, indisponibilidade de suporte técnico, ou falha na manutenção de equipamentos em comodato.

4.4.3 A dispensa de garantia contratual é justificada ainda pelo contexto operacional específico que reduz significativamente o risco de inadimplemento:

4.4.3.1 Registro de Preços: A modalidade de Registro de Preços permite que o Hospital realize chamadas pontuais ao longo do período de vigência, facilitando a identificação precoce de problemas de conformidade e possibilitando a substituição do fornecedor sem custos adicionais, caso necessário.

4.4.3.2 Inspeção de recebimento: Todo material de consumo laboratorial será submetido a rigorosa inspeção de recebimento, com verificação de conformidade de especificações, integridade de embalagem, prazos de validade e resultados de controle de qualidade. Produtos não conformes serão rejeitados e devolvidos ao fornecedor para reposição imediata.

4.4.3.3 Monitoramento contínuo: Os equipamentos laboratoriais pertinentes em comodato estarão sob monitoramento contínuo pela equipe técnica do laboratório, que reportará qualquer anomalia de desempenho ao fornecedor, permitindo correção rápida antes que impactos operacionais significativos ocorram.

4.4.4 Fundamentação Legal: A Lei nº 14.133/2021 estabelece em seu artigo 96 que a garantia é exigível para contratos de obras, serviços e compras. Contudo, o mesmo artigo 96, parágrafo 2º, permite que a administração pública dispense a exigência de garantia quando: (a) a natureza do objeto não o justifique; (b) o risco for reduzido; ou (c) outras medidas de proteção forem adequadas.

4.4.4.1 No presente caso, todos estes critérios são atendidos: a natureza do objeto (material de consumo laboratorial e equipamentos laboratoriais pertinentes em comodato) não justifica garantia tradicional; o risco de inadimplemento é reduzido pela modalidade de Registro de Preços e inspeção rigorosa; e as medidas de proteção alternativas descritas nesta seção são adequadas e eficazes para proteger os interesses do Hospital.

4.4.5 Benefício Econômico: A dispensa de exigência de garantia contratual resultará em redução de custos para o fornecedor, que poderá ser repassada ao Hospital sob forma de preços mais competitivos. Considerando-se o contexto de isolamento geográfico e dificuldade de acesso a fornecedores alternativos, esta redução de custos é particularmente relevante para viabilizar a contratação e garantir continuidade operacional do laboratório.

Margem de preferência

4.5 O objeto da contratação não se enquadra nos normativos vigentes relativos à margem de preferência.

4.6 O licitante informará na sua proposta a forma de apresentação do seu produto de modo a facilitar para o setor requisitante do Hospital, no momento da aquisição, que, dentro do possível, solicitará quantitativos que sejam múltiplos da quantidade mínima exigida no Edital. Exemplo hipotético: solicitadas 02 caixas de 40 unidades do produto X, o Fornecedor Y poderá entregar 04 caixas de 20 unidades, se esta for a apresentação do seu produto.

4.6.1 Caso a proporcionalidade não for possível, o licitante deverá entregar o quantitativo, de modo a satisfazer a quantidade mínima exigida.

4.7 Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes do CATMAT e do presente Termo de Referência, prevalecem estas últimas.

4.8 Os bens deverão ter prazo mínimo de garantia/validade de no mínimo 12 (doze) meses, prevalecendo o prazo de garantia fixado pelo fabricante ou fornecedor, caso maior.

4.9 Os produtos cotados relacionados neste Termo de Referência deverão ser ofertados respeitando exclusivamente os preceitos da Lei nº 9.787/99, ou seja, apresentados na forma de GENÉRICOS E/OU REFERÊNCIA.

4.10 Observações pertinentes ao item, caso existam, são utilizadas como referência; a empresa participante não poderá oferecer produto com características diferentes, como exemplo: se a observação do item diz respeito a ensaio enzimático, não poderá ser oferecido ensaio colorimétrico; se fixar química seca, não poderá ser ofertado química úmida.

4.11 Os grupos formados neste processo encontram-se especificados no Apêndice A do termo de referência, contemplando seu sistema de fornecimento e os itens por eles abrangidos. Tais grupos são essenciais em sua formação pois abrangem produtos comuns, relacionados a um mesmo processo de

dosagem ou a um mesmo equipamento laboratorial pertinente. Caso tais itens encontrassem avulsos neste processo, ocorreria a possibilidade de prejuízo à União, com a possibilidade de fornecimento de material de consumo laboratorial de diferentes marcas, destinados a uma mesma finalidade, podendo acarretar necessidades de calibrações em excesso, com potenciais prejuízos às análises realizadas. São eles:

4.11.1 Os itens em grupos são os seguintes:

4.11.1.1 Itens 01 a 21 (Grupo 1) – discos para realização do Teste de Sensibilidade aos Antimicrobianos;

4.11.1.2 Itens 22 a 118 (materiais diversos licitados de forma individual) – materiais de consumo laboratorial;

5. Levantamento de Mercado

5.1 Em conformidade com o disposto no artigo 5º, inciso III, da Instrução Normativa SEGES nº 58, de 8 de agosto de 2022, foi realizado levantamento de mercado visando à análise das alternativas possíveis para a contratação e à justificativa técnica e econômica da solução mais adequada à Administração. O objeto refere-se à aquisição de materiais consumíveis de diagnóstico laboratorial (material de consumo laboratorial, insumos e materiais de consumo) para utilização em equipamentos laboratoriais pertinentes de propriedade do Hospital de Guarnição de São Gabriel da Cachoeira.

5.2 Foram analisadas contratações realizadas por outros hospitais federais, militares e instituições públicas de saúde, por meio de pesquisa em bases como o Pannel de Preços do Governo Federal, o Portal de Compras Públicas e o Compras.gov.br. Verificou-se que o Sistema de Registro de Preços (SRP) é a prática predominante para aquisição de material de consumo laboratorial e insumos laboratoriais, em razão da demanda contínua, da diversidade de itens e da necessidade de garantir o abastecimento ininterrupto, sem vínculo com cessão de equipamentos.

5.3 O SRP permite aquisições sob demanda, evitando estoques excessivos e desperdício de material de consumo laboratorial com validade limitada. Garante preços registrados por até 12 meses, possibilita adesão por outros órgãos, promove economia de escala e maior competitividade entre fornecedores, além de reduzir o risco de desabastecimento, fator crítico em regiões de difícil acesso como São Gabriel da Cachoeira.

5.4 Foram avaliadas alternativas como compra direta por demanda, contratos de fornecimento contínuo e SRP. A compra direta mostrou-se pouco eficiente, com risco de desabastecimento e maior burocracia. Contratos contínuos apresentam menor flexibilidade e dificuldade de adaptação a novas tecnologias. O SRP foi considerado a alternativa mais vantajosa para a Administração.

5.5 O material de consumo laboratorial, insumos e materiais de consumo deverão ser compatíveis com os equipamentos laboratoriais pertinentes de propriedade do hospital, possuir registro válido na ANVISA durante toda a vigência do contrato, apresentar certificação de qualidade, rastreabilidade, documentação técnica e instruções de uso, além de prazo de validade adequado ao tempo de utilização previsto.

5.6 A não concessão de tratamento diferenciado para microempresas e empresas de pequeno porte fundamenta-se no artigo 49 da Lei Complementar nº 123/2006 e no artigo 10 do Decreto nº 8.538/2015, considerando a natureza técnica especializada do material de consumo laboratorial e insumos, a necessidade de garantia de qualidade, rastreabilidade, conformidade sanitária e capacidade operacional dos fornecedores, requisitos que extrapolam o porte de ME/EPP.

5.7 Os fornecedores deverão apresentar Certificado de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição expedido pelo Ministério da Saúde, conforme RDC nº 354/2002, e comprovar que todo material de consumo laboratorial possui registro válido na ANVISA para todo o período de vigência da licitação.

5.8 O cronograma de implementação prevê a realização do processo licitatório no primeiro semestre do exercício, com início das entregas no segundo semestre, de modo a garantir a continuidade do abastecimento sem interrupções, considerando o tempo necessário para homologação, emissão de pedidos e logística de entrega em região de isolamento geográfico.

5.9 Os principais desafios identificados são: risco de desabastecimento devido à logística complexa, necessidade de garantir compatibilidade técnica do material de consumo laboratorial com os equipamentos laboratoriais pertinentes existentes, manutenção de estoques mínimos para evitar interrupção dos serviços e cumprimento rigoroso dos requisitos sanitários e de rastreabilidade.

5.10 Para mitigação dos riscos, serão estabelecidos critérios de monitoramento contínuo do estoque, exigência de prazos máximos de entrega, previsão de fornecedores alternativos em ata de registro de preços e acompanhamento técnico do laboratório para validação dos lotes recebidos.

6. Descrição da solução como um todo

6.1 A descrição da solução abrange a aquisição de materiais consumíveis de diagnóstico laboratorial (material de consumo laboratorial, insumos e materiais de consumo) para utilização em equipamentos laboratoriais pertinentes de propriedade do Hospital de Guarnição de São Gabriel da Cachoeira (HGuSGC), conforme especificações técnicas e quantidades estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos. A solução visa garantir a continuidade operacional do Laboratório de Análises Clínicas, assegurando disponibilidade permanente de insumos compatíveis com os equipamentos laboratoriais pertinentes existentes, adequados ao atendimento das demandas assistenciais da instituição e da população indígena atendida.

6.2 A proposta fundamenta-se nos princípios da Instrução Normativa SEGES nº 58/2022, buscando eficiência, economicidade e sustentabilidade nas contratações públicas federais. A aquisição de material de consumo laboratorial e insumos, sem vínculo com cessão de equipamentos, atende aos critérios de adequação técnica, viabilidade econômica e alinhamento com as melhores práticas de contratação pública em saúde, conforme demonstrado no levantamento de mercado.

6.3 O fornecimento dos materiais consumíveis será realizado de acordo com a necessidade operacional do Laboratório de Análises Clínicas do HGuSGC, mediante requisições pontuais que reflitam a demanda real de testes laboratoriais. Os prazos de entrega serão diferenciados conforme a localização do fornecedor: vinte (20) dias úteis para empresas sediadas em Manaus/AM; trinta (30) dias úteis para empresas sediadas fora de Manaus /AM, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, Autorização de Compra ou documento equivalente.

6.4 As entregas deverão ser realizadas no endereço: Hospital de Guarnição de São Gabriel da Cachoeira (HGuSGC), Rua Quintino de Sá Cavalcante, 250, São Sebastião, São Gabriel da Cachoeira/AM, CEP 69.750-000, Setor do Laboratório de Análises Clínicas (LAC). O recebimento ocorrerá de segunda a sexta-feira, das 7h00 às 15h00 (horário local), mediante contato prévio com a equipe do LAC pelo e-mail lacgsc03@gmail.com ou telefone a ser informado no edital.

6.5 O fornecedor será responsável por toda a logística de transporte, desembaraço aduaneiro (se aplicável), entrega, conferência e disponibilização dos insumos no local indicado, bem como pela garantia de conformidade técnica e documentação de rastreabilidade. Não há previsão de instalação de equipamentos, pois estes são de propriedade do hospital.

6.6 As responsabilidades do fornecedor incluem: garantir a qualidade e conformidade dos materiais consumíveis com as especificações técnicas; manter estoque disponível para atendimento das demandas; prestar assessoria técnica e científica; fornecer documentação de conformidade regulatória junto à ANVISA e demais órgãos competentes; e garantir suporte técnico para dúvidas sobre uso e armazenamento dos insumos.

6.7 Ao HGuSGC compete: realizar requisições de materiais consumíveis conforme a necessidade operacional; manter os insumos em condições adequadas de armazenamento (temperatura, umidade e proteção física); utilizar o material de consumo laboratorial conforme as instruções técnicas fornecidas; reportar eventuais não conformidades ao fornecedor; e colaborar para o recebimento e conferência dos materiais.

6.8 A vigência da Ata de Registro de Preços será de doze (12) meses, podendo ser prorrogada por igual período, conforme autorizado pela Lei nº 14.133 /2021, desde que mantidas as condições contratuais ou que sejam pactuadas novas condições mais vantajosas para a Administração. Durante todo o período, o fornecedor deverá garantir a disponibilidade dos materiais consumíveis e o suporte técnico necessário para o correto uso dos insumos.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 A estimativa das quantidades de material de consumo laboratorial, insumos e materiais consumíveis de diagnóstico laboratorial a serem adquiridos está detalhada nos documentos anexados ao Termo de Referência, especialmente no APÊNDICE A – DESCRITIVOS TÉCNICOS DOS ITENS POR GRUPO DE CONTRATAÇÃO.

7.2 A estimativa foi elaborada com base em dados históricos de exames do Laboratório de Análises Clínicas do HGuSGC referentes aos últimos três anos, conforme demonstrado no ANEXO A. O volume de testes realizados evoluiu de 45 mil no primeiro ano, para 70 mil no segundo, atingindo 110 mil no terceiro ano, o que representa crescimento de 84% no período. Considerando essa tendência, projeta-se a realização de aproximadamente 130 mil testes anuais para o próximo exercício, distribuídos entre as modalidades de análise ofertadas pelo laboratório.

7.2.1 O histórico detalhado de consumo está registrado no Anexo B – HISTÓRICO DE CONSUMO DO LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS.

7.3 A distribuição do consumo por modalidade de análise foi calculada conforme a proporção histórica de cada tipo de teste em relação ao volume total: bioquímica clínica (35%), hematologia (25%), imuno-hormônios (15%), coagulação (10%), urinálise (8%), imunohematologia (5%) e coproanálise (2%). Tais proporções refletem o perfil epidemiológico da população atendida e a demanda por exames laboratoriais.

7.4 A estimativa de consumo de material de consumo laboratorial específico para cada grupo de contratação foi realizada com base em protocolos técnicos, recomendações clínicas e especificações dos equipamentos laboratoriais pertinentes de propriedade do hospital, considerando a capacidade de processamento e o rendimento dos kits de material de consumo laboratorial.

7.5 A elaboração da estimativa contou com a participação do Chefe do Laboratório de Análises Clínicas, bioquímicos clínicos, médicos solicitantes e enfermeiros responsáveis pela coleta, garantindo alinhamento técnico e clínico às necessidades reais do serviço.

7.6 Foi realizada análise comparativa com hospitais congêneres, utilizando dados do ComprasNet, Banco de Preços em Saúde (BPS) e Painel de Preços do Governo Federal, validando as estimativas de consumo e identificando padrões de contratação em instituições semelhantes.

7.7 As quantidades foram estruturadas em grupos de contratação, conforme o Apêndice A, considerando a necessidade de compatibilidade entre material de consumo laboratorial e os equipamentos laboratoriais pertinentes do hospital. Cada grupo contempla itens relacionados a uma modalidade de análise, com estimativa mensal obtida pela divisão do consumo anual por doze meses, admitindo-se ajustes conforme a demanda real.

7.8 Em razão do isolamento geográfico de São Gabriel da Cachoeira e das limitações logísticas da região amazônica, foi acrescida margem de segurança de 15% sobre as estimativas mensais, visando garantir disponibilidade contínua de material de consumo laboratorial mesmo diante de eventuais atrasos na entrega ou aumento inesperado da demanda.

7.9 A lista padronizada de itens a serem adquiridos, validada pelo Chefe do Laboratório de Análises Clínicas e pela equipe técnica, está detalhada no Apêndice A deste Estudo Técnico Preliminar, contemplando todo o material de consumo laboratorial e insumos necessários para as modalidades de análise ofertadas.

7.10 O aumento do quantitativo pretendido fundamenta-se na ampliação do escopo de exames, especialmente na expansão dos serviços de hormônios, imunologia, microbiologia e na implementação da dosagem de hemoglobina glicada, refletindo a necessidade de atender à crescente demanda da população assistida.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 549.061,05

8.1. O custo estimado foi apurado com base em consulta de contratações efetuadas por outros órgãos da Administração Federal, obtidas através do Painei de Preços, disponibilizado no Portal de Compras do Governo Federal, conforme preceitua a INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 65, DE 7 DE JULHO DE 2021.

8.2 Valor Total Estimado da Contratação para o período de 12 meses: **R\$ R\$ 549.061,05 (quinhentos e quarenta e nove mil, sessenta e um reais e cinco centavos).**

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 Considerando a natureza específica da contratação de material de consumo laboratorial e equipamentos laboratoriais pertinentes, optou-se pela aquisição de um único grupo de itens, conforme detalhado a seguir. Esta estrutura visa assegurar a adequação técnica, a qualidade analítica, a compatibilidade operacional entre equipamentos e material de consumo laboratorial, e a eficiência logística, alinhada aos princípios da economicidade e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

9.2 A formação de um único grupo de contratação (Grupo 1 – Itens 01 a 21 – discos para realização do Teste de Sensibilidade aos Antimicrobianos) decorre da necessária compatibilidade técnica e operacional entre os procedimentos laboratoriais pertinentes e os discos utilizados nas análises laboratoriais. Em razão da complexidade dos processos analíticos e da importância da qualidade dos resultados, os materiais que compõem este grupo devem ser perfeitamente compatibilizados entre si, assegurando:

- 9.2.1 compatibilidade técnica entre equipamentos e discos do mesmo fabricante, garantindo que ambos foram desenvolvidos e testados conjuntamente;
- 9.2.2 segurança e qualidade analítica, evitando riscos ao paciente decorrentes do uso de discos de diferentes marcas e padrões em um mesmo equipamento;
- 9.2.3 precisão e confiabilidade dos resultados laboratoriais, que dependem fundamentalmente da integração entre equipamento e discos;
- 9.2.4 viabilidade operacional dos processos analíticos, que poderia ser comprometida caso discos incompatíveis fossem fornecidos para um equipamento específico.

9.3 Assim, a licitação por grupo único preserva a integridade da solução técnica, garantindo que os materiais adquiridos sejam plenamente compatíveis, adequados à finalidade a que se destinam, e capazes de produzir resultados analíticos confiáveis. O grupo contempla todos os itens relacionados ao Teste de Sensibilidade aos Antimicrobianos, permitindo que o fornecedor vencedor forneça discos integrados e validados conjuntamente com os equipamentos laboratoriais pertinentes.

9.4 O grupo de contratação foi estruturado conforme segue:

Grupo 1 – Itens 01 a 21: discos para realização do Teste de Sensibilidade aos Antimicrobianos. Os demais itens serão licitados de forma individual, sem formação de grupos

9.5 A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) associado à estruturação em grupo único fundamenta-se na necessidade de:

- 9.5.1 assegurar a adequação do estoque de discos e insumos do laboratório, evitando a aquisição desnecessária de materiais com prazos de validade reduzidos e custos significativos;
- 9.5.2 garantir a disponibilidade contínua de discos essenciais à realização das análises laboratoriais;
- 9.5.3 favorecer a gestão orçamentária, compatibilizando as aquisições com a disponibilidade financeira do hospital ao longo do exercício;
- 9.5.4 permitir aquisições pontuais conforme a demanda real do laboratório, reduzindo desperdícios e otimizando o uso de recursos públicos;
- 9.5.5 manter a compatibilidade técnica entre equipamentos e discos, essencial para a qualidade analítica.

9.6 A adjudicação será realizada por grupo único, assegurando:

- 9.6.1 a compatibilidade técnica entre equipamentos laboratoriais pertinentes e discos fornecidos pelo mesmo vencedor;
- 9.6.2 a integração operacional entre os componentes da solução;
- 9.6.3 a responsabilidade única do fornecedor pela qualidade analítica e compatibilidade dos materiais;

9.6.4 a transparência e competitividade do certame, promovendo a eficiência e a economicidade na aplicação dos recursos públicos;
Oa possibilidade de substituição do fornecedor do grupo, sem comprometer a continuidade operacional do laboratório.

9.7 O fornecedor vencedor será obrigado a fornecer todos os itens que compõem o Grupo 1, garantindo integração técnica e compatibilidade entre eles. Será desclassificado o licitante que não cotar todos os parâmetros solicitados no grupo, conforme exigência técnica de compatibilidade. Esta estrutura garante que o laboratório não receberá discos parciais ou incompatíveis, que comprometeriam a qualidade analítica.

9.8 A estruturação em grupo único não constitui fracionamento indevido do objeto, conforme preconiza a legislação, pois baseia-se em critérios técnicos e operacionais legítimos. A impossibilidade de compatibilizar discos de diferentes fabricantes em um mesmo equipamento laboratorial pertinente justifica plenamente a exigência de que o grupo seja fornecido por um único vencedor, garantindo integração técnica e qualidade analítica.

9.9 Diante do exposto, resta plenamente justificada a estruturação da contratação em grupo único, respeitando critérios técnicos, clínicos e administrativos, com o objetivo de:

- 9.9.1 garantir a qualidade e confiabilidade dos resultados laboratoriais;
- 9.9.2 assegurar a compatibilidade técnica entre equipamentos laboratoriais pertinentes e discos;
- 9.9.3 ampliar a competitividade entre fornecedores do grupo;
- 9.9.4 assegurar a economicidade e o interesse público;
- 9.9.5 permitir gestão eficiente de estoque e orçamentária;
- 9.9.6 garantir a continuidade operacional do laboratório em região de isolamento geográfico.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não foram verificadas contratações correlatas e/ou interdependentes para os bens constantes neste Estudo Técnico Preliminar.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. O objeto da licitação encontra-se alinhado com o Planejamento Anual de Contratações do Hospital de Guarnição de São Gabriel da Cachoeira, para o ano de 2026 e consta da lista do PCA 2026.

11.2. O objeto está alinhado ao Plano de Gestão do Hospital, em especial aos seguintes objetivos estratégicos:

11.2.1 O.E.03 Infraestruturas Hospitalares e Modernização Tecnológica Renovar e atualizar as instalações físicas do hospital para aprimorar a qualidade, segurança, conforto e funcionalidade dos espaços de atendimento, além de adquirir e implementar tecnologias médicas avançadas para otimizar a precisão dos diagnósticos e a eficácia dos tratamentos.

11.2.2 O.E.05 Expansão, Revitalização e Qualidade dos Serviços Essenciais Ampliar e aprimorar os serviços essenciais, como Clínica Médica, Cirurgia Geral, Pediatria, Ginecologia e Obstetrícia e Ortopedia, para atender de forma mais eficaz às necessidades da comunidade, além de desenvolver e manter programas de gestão da qualidade para monitorar, avaliar e melhorar continuamente os serviços de saúde prestados.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 O resultado pretendido com a aquisição de materiais consumíveis de diagnóstico laboratorial é a garantia da continuidade ininterrupta dos serviços laboratoriais prestados aos usuários do Hospital de Guarnição de São Gabriel da Cachoeira (HGuSGC), assegurando disponibilidade permanente de análises clínicas de qualidade para suporte ao diagnóstico e acompanhamento clínico de pacientes, utilizando equipamento automatizado de propriedade do hospital.

12.2 A contratação proposta trará benefícios diretos e indiretos, promovendo a excelência dos serviços laboratoriais e o fortalecimento da capacidade diagnóstica do HGuSGC. Entre os principais benefícios esperados destacam-se:

12.3 Benefícios assistenciais e de resolubilidade: A disponibilidade contínua de reagentes e insumos permitirá ao laboratório manter sua capacidade de realizar aproximadamente 130 mil testes anuais, atendendo a mais de 11 mil pacientes por ano. Isso reduzirá atrasos diagnósticos, possibilitando detecção precoce de patologias e melhorando desfechos clínicos, com impacto positivo na morbidade e mortalidade da população assistida.

12.4 Benefícios para a população indígena: Considerando que cerca de 90% dos atendimentos do HGuSGC são destinados à população indígena, a aquisição garante acesso equitativo a exames laboratoriais de qualidade, alinhando-se à Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI) e aos direitos constitucionais de acesso à saúde. A oferta regular de análises laboratoriais contribui para a redução das desigualdades em saúde.

12.5 Consolidação do HGuSGC como referência regional: A garantia de abastecimento contínuo de reagentes e insumos, aliada à utilização de equipamento automatizado próprio, posicionará o hospital como referência regional em diagnóstico laboratorial, ampliando sua capacidade de atender demandas de municípios vizinhos e fortalecendo a rede de saúde do Alto Rio Negro.

12.6 Benefícios de sustentabilidade ambiental: A aquisição por demanda, via Sistema de Registro de Preços, reduz o risco de desperdício de materiais com validade limitada, evitando descartes desnecessários. A exigência de embalagens recicláveis e o planejamento criterioso do consumo contribuem para a redução do impacto ambiental.

12.7 Benefícios de sustentabilidade econômica: O SRP permite planejamento orçamentário eficiente, com preços registrados por até 12 meses, facilitando a previsão de despesas. A compra sob demanda evita estoques excessivos e imobilização de recursos, liberando verbas para outras necessidades assistenciais.

12.8 Benefícios de sustentabilidade técnica: A aquisição de reagentes compatíveis com o equipamento próprio assegura a padronização dos processos analíticos, reduzindo riscos de erros e garantindo a confiabilidade dos resultados. O fornecedor deverá garantir suporte técnico, documentação e treinamento para uso adequado dos insumos.

12.9 Benefícios de inovação e atualização: A aquisição de reagentes e insumos de fornecedores que acompanham a evolução tecnológica do setor permite ao laboratório incorporar novas metodologias e testes, ampliando o portfólio de exames sem necessidade de investimento em novos equipamentos.

12.10 Benefícios administrativos e de gestão: A centralização da aquisição de reagentes por grupos de contratação simplifica a gestão de contratos e estoques, reduz a burocracia e facilita o monitoramento da qualidade e do cumprimento das obrigações contratuais. A possibilidade de substituição de fornecedor durante a vigência do SRP oferece flexibilidade e segurança operacional.

12.11 Benefícios para o fortalecimento do sistema de saúde regional: A consolidação do HGuSGC como polo de diagnóstico laboratorial reduz a necessidade de deslocamento de pacientes para centros maiores, como Manaus, facilitando o acesso e diminuindo custos para o sistema de saúde e para os usuários.

12.12 Benefícios de conformidade regulatória e segurança do paciente: A exigência de registro dos reagentes na ANVISA, rastreabilidade dos lotes, documentação técnica e controles de qualidade assegura a conformidade com normas sanitárias e a segurança dos pacientes, minimizando riscos de erros analíticos.

12.13 Diante do exposto, a aquisição de reagentes, insumos e materiais consumíveis representa investimento estratégico para o fortalecimento da capacidade diagnóstica do HGuSGC, promoção da equidade em saúde para a população indígena, sustentabilidade ambiental e econômica, e consolidação do hospital como referência regional em excelência assistencial na Amazônia.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Não se vislumbra a necessidade de tomada de providências de adequação no ambiente desta UASG, com vistas a implantação da solução a ser contratada e o material a ser adquirido.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 A contratação de materiais consumíveis de diagnóstico laboratorial para uso em equipamento automatizado de propriedade do hospital gera impactos ambientais que devem ser analisados à luz da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981) e das diretrizes de sustentabilidade da Instrução Normativa SEGES nº 58/2022.

14.2 Redução de desperdício e eficiência de consumo: A adoção do Sistema de Registro de Preços, com aquisições realizadas sob demanda real, reduz significativamente o risco de desperdício de reagentes e insumos com validade limitada. O planejamento criterioso das quantidades adquiridas minimiza o consumo de recursos naturais e a geração de resíduos, alinhando-se à hierarquia de ações prevista na Política Nacional de Resíduos Sólidos: não geração e redução.

14.3 Sustentabilidade de materiais e transporte: O edital exigirá que os fornecedores utilizem embalagens de menor volume, preferencialmente recicláveis ou biodegradáveis, e que adotem práticas de logística sustentável, otimizando rotas e reduzindo emissões de carbono. A inclusão de critérios ambientais no processo de contratação incentiva o mercado a oferecer soluções mais sustentáveis.

14.4 Gestão de resíduos laboratoriais: O Hospital de Guarnição de São Gabriel da Cachoeira seguirá rigorosamente o seu Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS), em conformidade com a Resolução RDC nº 222/2018 da ANVISA e a Resolução CONAMA nº 358/2005, garantindo o manejo adequado dos resíduos gerados, incluindo embalagens, materiais descartáveis e eventuais reagentes vencidos ou contaminados.

14.5 O monitoramento contínuo do consumo, a rastreabilidade dos lotes e a exigência de documentação ambiental dos fornecedores reforçam o compromisso do HGuSGC com a sustentabilidade, promovendo a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos e contribuindo para a redução do impacto ambiental das atividades laboratoriais.

15. Declaração de Viabilidade


Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade


Diante da análise dos fatos apresentados acima, esta Equipe de Planejamento entende que, conforme exposto, a contratação pretendida é viável.

16. Responsáveis


Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado digitalmente
 **ALEXANDRE MARTINS DA CUNHA**
Data: 10/03/2026 13:04:43-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ALEXANDRE MARTINS DA CUNHA
Chefe do Laboratório de Análises Clínicas


Documento assinado digitalmente
 **GUSTAVO HENRIQUE TEIXEIRA DE FREITAS**
Data: 11/03/2026 08:33:48-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

GUSTAVO HENRIQUE TEIXEIRA DE FREITAS
Membro da comissão de contratação

Documento assinado digitalmente
 **KERLLEN ARAUJO CARIOLANDO**
Data: 10/03/2026 13:18:03-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

KERLLEN ARAUJO CARIOLANDO
Membro da comissão de contratação

Despacho: Diante da análise dos fatos apresentados acima, esta Equipe de Planejamento entende que, conforme exposto, a contratação pretendida é viável.

Documento assinado digitalmente
 **MARCO AURELIO VIANELLO**
Data: 11/03/2026 09:15:36-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

MARCO AURELIO VIANELLO
Autoridade competente

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - 2.1_anexo 1 ETP - estatísticas de exames.pdf (1.17 MB)
- Anexo II - 2.2_anexo 2 ETP - relatório de consumo.pdf (65.51 KB)

HOSPITAL DA G. S. GABRIEL DA CACHOEIRA

Termo de Referência 9/2026**Informações Básicas**

Número do artefato UASG	Editado por	Atualizado em
9/2026	160545-HOSPITAL DA G. S. GABRIEL DA CACHOEIRA	ALEXANDRE MARTINS DA CUNHA
Status		10/03/2026 12:38 (v 0.4)
CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		64598.000313/2026-15

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Aquisição de material de consumo laboratorial, insumos, calibradores e controles destinados ao Laboratório de Análises Clínicas do Hospital de Guarnição de São Gabriel da Cachoeira, para utilização em equipamentos laboratoriais pertinentes de propriedade do hospital.

1.2 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, não envolvendo cessão de equipamentos em regime de comodato.

1.3 O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, nos termos do Decreto nº 10.818/2021.

1.4 O prazo de vigência da contratação é de 12 meses, contados da publicação da ata de registro de preços no PNCP, conforme artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.5 O contrato ou instrumento equivalente detalhará as regras aplicáveis à vigência, entrega, recebimento, pagamento e demais condições da contratação.

1.6 A proposta deverá apresentar descrição detalhada dos produtos, incluindo marca, modelo, especificações técnicas, registro na ANVISA e demais dados necessários à identificação do item. Propostas genéricas, como “atendemos plenamente o edital” ou “conforme o edital”, serão desclassificadas e não participarão da fase de lances.

1.7 Em caso de divergência entre a descrição dos materiais no Sistema de Divulgação Eletrônica de Compras (SIDE), ComprasNet e o Termo de Referência, prevalecerá o disposto neste Termo de Referência.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 00394452000103-0-000117/2026;

II) Data de publicação no PNCP: 06/05/2025;

III) Id do item no PCA: 82;

VI) Classe/Grupo: 6550 - SUBSTÂNCIAS PARA DIAGNÓSTICO "IN VITRO", REAGENTES, CONJUNTOS E JOGOS PARA TESTE;

V) Identificador da Futura Contratação: 160545-4/2026;

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Além dos critérios de sustentabilidade inseridos na descrição do objeto, deverão ser atendidos os seguintes requisitos, em conformidade com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1 Os bens devem ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico ou biodegradável, conforme ABNT NBR 15448-1 e 15448-2.

4.1.2 Devem ser observados requisitos ambientais para obtenção de certificação do INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

4.1.3 Os bens devem ser preferencialmente acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, utilizando materiais recicláveis, garantindo máxima proteção durante transporte e armazenamento.

4.1.4 Os bens não devem conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS, como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), PBBs e PBDEs.

4.1.5 A comprovação dos critérios ambientais poderá ser feita por meio de certificação emitida por instituição pública oficial ou credenciada, ou por outro meio de prova que demonstre o atendimento às exigências do edital.

4.1.6 Caso não haja certificação que comprove a adequação ambiental, poderão ser realizadas diligências antes da assinatura do contrato. Se não for comprovada a conformidade, a proposta será desclassificada.

4.2 Na presente contratação será admitida a indicação de marca ou modelo, tendo em vista a necessidade de compatibilidade com o equipamento próprio do hospital:

4.2.1 Itens (01 a 21): GRUPO 1 – DISCOS PARA TESTE DE SENSIBILIDADE AOS ANTIMICROBIANOS PARA USO EM EQUIPAMENTOS LABORATORIAIS PERTINENTES DO HOSPITAL.

4.3 Não se aplica vedação de marca, pois a indicação é justificada pela necessidade de compatibilidade técnica com equipamento já existente.

4.4 Não haverá exigência de amostra.

4.5 Não se aplica exigência de carta de solidariedade.

4.6 Não será admitida subcontratação do objeto contratual.

4.7 Não haverá exigência de garantia da contratação, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

4.8 Não será realizada reserva de cota para microempresas ou empresas de pequeno porte, sendo todos os itens destinados à ampla concorrência, conforme justificativa técnica e regulatória apresentada no Estudo Técnico Preliminar, em especial pela natureza especializada do objeto, exigências sanitárias e limitação de fornecedores qualificados.

4.9 O objeto da contratação não se enquadra em nenhuma margem de preferência vigente.

4.10 O licitante deverá apresentar sua proposta de modo a facilitar a aquisição em quantitativos múltiplos da unidade mínima exigida, podendo entregar embalagens alternativas desde que atendam à quantidade solicitada. Caso não seja possível a proporcionalidade, deverá entregar quantidade suficiente para atender ao mínimo exigido.

4.11 Em caso de divergência entre as descrições do CATMAT e deste Termo de Referência, prevalecerão as especificações deste Termo.

4.12 Os bens deverão possuir prazo mínimo de validade de 12 meses, prevalecendo o prazo maior fixado pelo fabricante ou fornecedor.

4.13 Os produtos deverão ser ofertados na forma de genéricos e/ou referência, conforme Lei nº 9.787/1999.

4.14 O licitante deverá observar rigorosamente as características técnicas descritas para cada item, não podendo oferecer produtos com metodologia ou composição diferente da especificada.

4.15 Os grupos de itens, detalhados no Apêndice A, são formados para garantir compatibilidade e padronização dos materiais de consumo laboratorial utilizados em processos analíticos ou equipamentos laboratoriais pertinentes, conforme justificativa técnica apresentada no Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1 O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados do recebimento da nota de empenho, em remessa única, conforme descrito na nota de empenho.

5.1.2 Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Hospital de Guarnição de São Gabriel da Cachoeira, aos cuidados do Laboratório de Análises Clínicas – Endereço: Rua Quintino de Sá Cavalcante, S/N, Bairro Dabaru, São Gabriel da Cachoeira/AM - CEP: 69.750-000.

5.2 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.2.1 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.2.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.2.3 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.2.4 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5.2.5 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.2.6 No caso de material de consumo laboratorial perecível, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a dois terços do prazo total recomendado pelo fabricante.

5.3 Não se aplica garantia de equipamento, pois o objeto refere-se a material de consumo laboratorial.

A responsabilidade do fornecedor limita-se à conformidade do produto entregue, conforme especificações deste Termo de Referência e da proposta, bem como à substituição de lotes que apresentem não conformidade, nos termos dos subitens anteriores.

5.3.1 O fornecedor será responsável pela substituição, sem ônus adicional para o Contratante, de qualquer lote de material de consumo laboratorial que apresente vício, defeito ou não conformidade, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da notificação.

5.3.2 A substituição deverá ser realizada com material de primeiro uso, original, com padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos especificados.

5.3.3 O custo referente ao transporte de substituição de lotes não conformes será de responsabilidade do fornecedor.

5.3.4 O fornecedor deverá apresentar documentação técnica e de rastreabilidade de cada lote entregue, conforme exigências sanitárias e regulatórias.

5.3.5 O descumprimento das obrigações de substituição, documentação ou conformidade sujeitará o fornecedor às penalidades previstas no edital e neste Termo de Referência, independentemente da vigência contratual.

.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1 Moratória, para as infrações descritas no item "d", de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias.

7.2.4.2 Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

7.2.4.2.1 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.4.3 Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h", de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4 Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea "c", de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea "b", de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6 Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea "d", de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.7 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea "a", de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:

7.2.4.7.1 Não cumprir com o prazo máximo para atendimento da equipe de assistência técnica do fornecedor ao equipamento disponibilizado em regime de comodato, ocasionando prejuízos ao serviço do setor requisitante.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (xxxxx) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.[A

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IGPM de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A5]

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.[A12]

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 30/01/2026.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IGPM, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.3. O fornecimento do objeto será integral.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.4. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.4.1. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.

Exigências de habilitação

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.6. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.7. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.9. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A6]

9.10. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.11. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.13. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.14. Ato de autorização para o exercício da atividade de comercialização de produtos/reagentes de diagnóstico laboratorial, expedido por conselho de classe competente (Conselho Regional de Farmácia / Conselho regional de Química / Conselho regional de Biologia, Conselho regional de Biomedicina) e/ou Autorização de Funcionamento de Empresa expedido pela ANVISA.

9.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.21. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;[A8]

9.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.24. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.25. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.26. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando, para cada exercício, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um)., obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.27. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

9.28. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.29. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.30. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.31. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.32. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.33. Licença de Funcionamento Sanitário do exercício conferida pelo Órgão Sanitário competente conforme Lei 9.782 de 26 de janeiro de 1999 (Publicado no D.O.U. de 27.01.1999, Seção 1, pág. 1 e do capítulo II da criação e competência da Agência Nacional, art 8º do § 1o, Inciso V e VI), Lei no 5.991/73, artigo 4o, inciso IV); Autorização de funcionamento da ANVISA, em plena validade.

9.33.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

9.34. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.34.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.34.1.1. Itens com características similares e em quantidades similares ou superiores ao contratado.

9.34.2. . Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.34.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.34.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Disposições gerais sobre habilitação

9.36. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.37. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.38. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.39. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.40. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 549.061,0500 (quinhentos e quarenta e nove mil, sessenta e um mil reais e cinco centavos), conforme custos unitários apostos no apêndice A.

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

São Gabriel da Cachoeira/AM, 26 de fevereiro de 2026.

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

1 . FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o *prazo de 5 (cinco) dias*, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133 /2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no *Edital*, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1 A Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO[A8]

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da *relação da rede de assistência técnica autorizada*;

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

4.1.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios

demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

4.1.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução contratual;

4.1.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

4.1.20. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

4.1.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

4.1.22. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

4.1.23 Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

4.1.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

4.1.25. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

4.1.26. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.3.3. Indenizações e multas.

5.4. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.5. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente

público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.[A17]

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A18]

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em São Gabriel da Cachoeira/AM, Seção Judiciária de São Gabriel da Cachoeira/AM, para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital **OU** Aviso de Contratação Direta, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado digitalmente
ALEXANDRE MARTINS DA CUNHA
Data: 10/03/2026 13:06:10-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ALEXANDRE MARTINS DA CUNHA

Chefe do Laboratório de Análises Clínicas



Documento assinado digitalmente
GUSTAVO HENRIQUE TEIXEIRA DE FREITAS
Data: 11/03/2026 08:33:48-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

GUSTAVO HENRIQUE TEIXEIRA DE FREITAS

Membro da comissão de contratação



Documento assinado digitalmente
KERLLEN ARAUJO CARIOLANDO
Data: 10/03/2026 13:20:14-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

KERLLEN ARAUJO CARIOLANDO

Membro da comissão de contratação

Despacho: Aprovo o presente Termo de Referência.



Documento assinado digitalmente
MARCO AURELIO VIANELLO
Data: 11/03/2026 09:15:36-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

MARCO AURELIO VIANELLO

Autoridade competente

APÊNDICE A - ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS (64598.000313/2026-15)								
ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	REQ MÍNIMA	REQ MÁXIMA	QDE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
GRUPO 1 - DISCOS DE ANTIBIOGRAMA								
1	396259	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA – AMICACINA, FR C/ 50 UN	UND	1	5	5	R\$ 12,72	R\$ 63,60
2	339536	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA – AMOXACILINA + ACIDO CLAVULÂNICO, FR C/ 50 UN	UND	1	5	5	R\$ 12,80	R\$ 64,00
3	396256	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA – AZTREONAM, FR C/ 50 UN	UND	1	5	5	R\$ 13,10	R\$ 65,50
4	341879	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA – BACITRACINA, FR C/ 50 UN	UND	1	3	5	R\$ 15,05	R\$ 75,25
5	396258	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA – CEFEPIMA, FR C/ 50 UN	UND	1	3	5	R\$ 12,70	R\$ 63,50
6	334972	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA – CEFOTAXIMA, FR C/ 50 UN	UND	1	5	5	R\$ 12,70	R\$ 63,50
7	396257	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA – CEFOXITINA, FR C/ 50 UN	UND	1	5	5	R\$ 14,00	R\$ 70,00
8	357311	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA – CEFTAZIDIMA, FR C/ 50 UN	UND	1	5	5	R\$ 14,60	R\$ 73,00
9	396260	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA – CEFTRIAXONA, FR C/ 50 UN	UND	1	5	5	R\$ 13,10	R\$ 65,50
10	340890	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA – CLINDAMICINA, FR C/ 50 UN	UND	1	3	3	R\$ 14,05	R\$ 42,15
11	340913	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA – ERITROMICINA FR C/ 50 UN	UND	1	3	3	R\$ 14,00	R\$ 42,00
12	340894	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA – GENTAMICINA, FR C/ 50 UN	UND	1	5	5	R\$ 14,10	R\$ 70,50
13	340895	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA – IMIPINEM, FR C/ 50 UN	UND	1	5	5	R\$ 15,00	R\$ 75,00
14	340909	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA – LINEZOLIDA, FR C/ 50 UN	UND	1	5	5	R\$ 11,90	R\$ 59,50
15	339778	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA – MEROPENEM, FR C/ 50 UN	UND	1	5	5	R\$ 14,80	R\$ 74,00
16	340902	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA – OXACILINA, FR C/ 50 UN	UND	1	5	5	R\$ 14,39	R\$ 71,95
17	339707	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA – PIPERACILINA + TAZOBACTAM, FR C/ 50 UN	UND	1	5	5	R\$ 13,99	R\$ 69,95
18	340911	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA – ERTAPENEM, FR C/ 50 UN	UND	1	3	3	R\$ 14,50	R\$ 43,50
19	340907	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA – VANCOMICINA, FR C/ 50 UN	UND	1	5	5	R\$ 14,18	R\$ 70,90
20	340898	DISCOS DE OPTOQUINA 5 mcg, FR C/ 25 UN	UND	1	3	3	R\$ 23,20	R\$ 69,60
21	339706	DISCO DE NOVOBIOCINA 5mcg	UND	1	3	3	R\$ 26,50	R\$ 79,50
VALOR TOTAL DO GRUPO 1								R\$ 1.372,40
ITENS DIVERSOS								
22	326291	ÁGAR CITRATO SIMMONS – FR C/ 500 GRAMAS	FRASCO	1	2	2	R\$ 411,00	R\$ 822,00
23	326276	ÁGAR HEKTOEN ENTÉRICO – FR C/ 100 G	FRASCO	1	3	3	R\$ 500,00	R\$ 1.500,00
24	329368	ÁGAR TEAGUE - FR C/ 500 G	FRASCO	1	3	3	R\$ 335,00	R\$ 1.005,00
25	326303	ÁGAR TRIPLICE AÇÚCAR FERRO (TSI), FR C/ 500 G	FRASCO	1	2	2	R\$ 370,00	R\$ 740,00
26	326299	MEIO DE CULTURA - ÁGAR BASE SANGUE – FR C/ 500 G	FRASCO	1	3	3	R\$ 379,00	R\$ 1.137,00
27	326292	MEIO DE CULTURA - ÁGAR CLED – FR C/ 500 G	FRASCO	1	3	3	R\$ 368,17	R\$ 1.104,51
28	326284	MEIO DE CULTURA - ÁGAR MC CONKEY- FR C/ 500 G	FRASCO	1	3	3	R\$ 365,00	R\$ 1.095,00
29	330218	MEIO DE CULTURA – ÁGAR MANITOL SALGADO – FR C/ 500 G	FRASCO	1	2	2	R\$ 193,36	R\$ 386,72
30	326282	MEIO DE CULTURA – MUELLER HINTON – FR C/ 500 G	FRASCO	1	3	3	R\$ 360,00	R\$ 1.080,00
31	377320	MEIO DE CULTURA – TCBS – PARA VÍBRIO – FR C/ 500 G	FRASCO	1	2	2	R\$ 557,00	R\$ 1.114,00


APÊNDICE A - ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS (64598.000313/2026-15)								
ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	REQ MÍNIMA	REQ MÁXIMA	QDE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
32	331039	MEIO DE CULTURA, ÁGAR CANDIDA CHROM, COM 0,5G/L DE CLORANFENICOL, FR C/ 500 G.	FRASCO	1	2	2	R\$ 1.801,80	R\$ 3.603,60
33	326657	MEIO DE CULTURA, TIPO ÁGAR SABOURAUD, APRESENTAÇÃO PÓ, ADITIVOS COM CLORANFENICOL, FR C/ 500 G	FRASCO	1	2	2	R\$ 379,99	R\$ 759,98
34	326277	SS ÁGAR PARA MICROBIOLOGIA - FR C/ 500 G	FRASCO	1	2	2	R\$ 359,84	R\$ 719,68
35	326806	PLACAS DESCARTÁVEIS, MEDINDO 90 X 15 MM CONTENDO ÁGAR CHOCOLATE ENRIQUECIDO COM FATOR X E VX. UNIDADE DE FORNECIMENTO : PLACA PRONTA PARA USO.	UND	50	600	600	R\$ 6,23	R\$ 3.738,00
36	397125	PLACA DESCARTÁVEIS, MEDINDO 90 X 15 MM CONTENDO MEIO ÁGAR CROMOGÊNICO CPS PARA CULTIVO, CONTAGEM E IDENTIFICAÇÃO PRESUNTIVA DE MICRORGANISMOS GRAM NEGATIVOS E GRAM POSITIVOS ISOLADOS À PARTIR DE MATERIAIS DIVERSOS. UNIDADE DE FORNECIMENTO : PLACA PRONTA PARA USO	UND	30	150	150	R\$ 7,20	R\$ 1.080,00
37	396193	PLACAS DESCARTÁVEIS, MEDINDO 90 X 15 MM CONTENDO ÁGAR CROMOGÊNICO PARA ESBL. UNIDADE DE FORNECIMENTO : PLACA PRONTA PARA USO	UND	30	150	150	R\$ 7,40	R\$ 1.110,00
38	403658	PLACAS DESCARTÁVEIS, MEDINDO 90 X 15 MM CONTENDO ÁGAR CROMOGÊNICO (CROMOÁGAR) PARA CULTIVO, CONTAGEM E IDENTIFICAÇÃO PRESUNTIVA DE MICRORGANISMOS GRAM NEGATIVOS E GRAM POSITIVOS ISOLADOS À PARTIR DE MATERIAIS DIVERSOS. UNIDADE DE FORNECIMENTO : PLACA PRONTA PARA USO	UND	30	600	600	R\$ 8,42	R\$ 5.052,00
39	379203	PLACAS DESCARTÁVEIS, MEDINDO 90 X 15 MM CONTENDO ÁGAR CROMOGÊNICO PARA MRSA. UNIDADE DE FORNECIMENTO : PLACA PRONTA PARA USO	UND	30	260	260	R\$ 11,30	R\$ 2.938,00
40	413252	PLACAS DESCARTÁVEIS, MEDINDO 90 X 15 MM CONTENDO ÁGAR CROMOGÊNICO PARA VRE. UNIDADE DE FORNECIMENTO : PLACA PRONTA PARA USO	UND	30	260	260	R\$ 8,50	R\$ 2.210,00
41	326887	PLACAS DESCARTÁVEIS, MEDINDO 90 X 15 MM CONTENDO ÁGAR SANGUE SANGUE DE CARNEIRO A 5%. UNIDADE DE FORNECIMENTO : PLACA PRONTA PARA USO	UND	30	800	800	R\$ 6,26	R\$ 5.008,00
42	330720	PLACAS DESCARTÁVEIS, MEDINDO 90 X 15 MM CONTENDO ÁGAR MAC CONKEY. UNIDADE DE FORNECIMENTO : PLACA PRONTA PARA USO	UND	50	3000	3000	R\$ 5,66	R\$ 16.980,00
43	326805	PLACA PRONTAS DESCARTÁVEIS, MEDINDO 90 X 15 MM CONTENDO ÁGAR CLED. UNIDADE DE FORNECIMENTO : PLACA PRONTA PARA USO PRONTA	UND	50	3000	3000	R\$ 4,50	R\$ 13.500,00
44	427263	PLACA PRONTAS DESCARTÁVEIS, MEDINDO 90 X 15 MM CONTENDO ÁGAR CROMOGÊNICO PARA STREPTOCOCCO DO GRUPO B. UNIDADE DE FORNECIMENTO : PLACA PRONTA PARA USO PRONTA	UND	30	260	260	R\$ 10,00	R\$ 2.600,00
45	343629	MEIO DE CULTURA AGAR BILE ESCULINA. PARA ISOLAMENTO E IDENTIFICAÇÃO DE ESTREPTOCOCCOS DO GRUPO D, CAIXA C/ 10 TUBOS	UND	1	5	5	R\$ 37,99	R\$ 189,95

APÊNDICE A - ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS (64598.000313/2026-15)								
ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	REQ MÍNIMA	REQ MÁXIMA	QDE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
46	367941	CEPAS MICROBRIANAS LIOFILIZADAS - Escherichia coli ATCC 25922	UND	1	4	4	R\$ 1.200,00	R\$ 4.800,00
47	367938	CEPAS MICROBRIANAS LIOFILIZADAS - Enterococcus faecalis ATCC 29212	UND	1	4	4	R\$ 1.027,00	R\$ 4.108,00
48	367937	CEPAS MICROBRIANAS LIOFILIZADAS – Klebsiella pneumoniae ATCC 700603	UND	1	4	4	R\$ 1.140,00	R\$ 4.560,00
49	367935	CEPAS MICROBRIANAS LIOFILIZADAS – Staphylococcus aureus ATCC 29213	UND	1	4	4	R\$ 909,44	R\$ 3.637,76
50	479853	CEPAS MICROBRIANAS LIOFILIZADAS – Pseudomonas aeruginosa ATCC 15442	UND	1	4	4	R\$ 2.350,00	R\$ 9.400,00
51	621837	CEPAS MICROBRIANAS LIOFILIZADAS – Streptococcus pyogenes ATCC 49619	UND	1	4	4	R\$ 2.198,55	R\$ 8.794,20
52	280350	SORO ANTI A, FR CONTA-GOTAS C/ 10 ML	FRASCO	5	20	20	R\$ 22,55	R\$ 451,00
53	280351	SORO ANTI B, FR CONTA-GOTAS C/ 10 ML	FRASCO	5	20	20	R\$ 22,06	R\$ 441,20
54	280352	SORO ANTI AB, FR CONTA-GOTAS C/ 10 ML	FRASCO	5	20	20	R\$ 24,19	R\$ 483,80
55	280353	SORO ANTI D - FR CONTA-GOTAS C/ 10 ML	FRASCO	5	20	20	R\$ 32,57	R\$ 651,40
56	337327	SORO DE COOMBS, FR CONTA-GOTAS C/ 10 ML	FRASCO	2	20	20	R\$ 41,57	R\$ 831,40
57	455490	Painel de microdiluição destinado à determinação da Concentração Inibitória Mínima (CIM) de Polimixina B para bacilos gram negativos.	UND	10	50	50	R\$ 194,74	R\$ 9.737,00
58	408818	ALÇA BACTERIOLÓGICA DESCARTÁVEL CALIBRADA DE 1UL, EMBALADAS INDIVIDUALMENTE E ESTÉREIS.	UND	1000	30000	30000	R\$ 0,20	R\$ 6.000,00
59	395476	CALDO PARA HEMOCULTURA ADULTO (BHI), APRESENTAÇÃO: FRASCO	UND	50	300	300	R\$ 5,94	R\$ 1.782,00
60	395477	CALDO PARA HEMOCULTURA PEDIÁTRICO (BHI),APRESENTAÇÃO: FRASCO	UND	50	300	300	R\$ 3,95	R\$ 1.185,00
61	327534	KIT PARA COLORAÇÃO DE GRAM, CONTENDO 4 FR C/ 500 ML DE: Solução corante de violeta genciana fenicada Solução de lugol fraco Solução descorante à base de álcool-acetona Solução corante de fucsina fenicada para Gram	CJ	1	5	5	R\$ 94,02	R\$ 470,10
62	353661	KIT PARA COLORAÇÃO DE MYCOBACTÉRIAS – ZIEHL-NEESEN CONTENDO 3 FR C/ 500 ML DE: fucsina fenicada, Ziehl-Neelsen, azul de metileno e álcool-ácido.	CJ	1	5	5	R\$ 67,89	R\$ 339,45
63	410065	PLACA DE PETRI DESCARTÁVEL (90X15 MM),	UND	500	3000	3000	R\$ 1,14	R\$ 3.420,00
64	410061	PLACA DE PETRI DESCARTÁVEL 150 X 15 MM	UND	500	1000	1000	R\$ 1,75	R\$ 1.750,00
65	352088	REAGENTE PARA DIAGNÓSTICO CLÍNICO, TIPO DE ANÁLISE QUALITATIVA DE OXIDASE BACTERIANA, APRESENTAÇÃO TIRA. COM 20 TIRAS	UND	5	30	30	R\$ 38,50	R\$ 1.155,00
66	329500	SUPLEMENTO PARA MEIO DE CULTURA, TIPO SANGUE DE CARNEIRO DESFIBRINADO, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ESTÉRIL, FR C/ 50 ML	FR	1	12	12	R\$ 124,00	R\$ 1.488,00


APÊNDICE A - ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS (64598.000313/2026-15)								
ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	REQ MÍNIMA	REQ MÁXIMA	QDE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
67	396145	SWAB COM GEL DE TRANSPORTE, SWAB MATERIAL: HASTE PLÁSTICA, APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM INDIVIDUAL , ADITIVOS: COM MEIO DE TRANSPORTE STUART , ESTERILIDADE: ESTÉRIL , TIPO DE USO: DESCARTÁVEL	UND	100	500	500	R\$ 1,67	R\$ 835,00
68	396142	SWAB MATERIAL: HASTE PLÁSTICA, APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM INDIVIDUAL EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO , ESTERILIDADE: ESTÉRIL , TIPO DE USO: DESCARTÁVEL	UND	100	500	500	R\$ 1,00	R\$ 500,00
69	396167	SWAB, MATERIAL HASTE PLÁSTICA, TIPO PONTA EM ALGODÃO HIDRÓFILO, APRESENTAÇÃO EMBALAGEM INDIVIDUAL EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, C/ ALGINATO DE CÁLCIO, ESTÉRIL, USO DESCARTÁVEL	UND	10	100	100	R\$ 2,15	R\$ 215,00
70	411178	TESTE RÁPIDO PARA DETERMINAÇÃO DE ESTREPTOCOCOS DO GRUPO A; TESTE POR IMUNOCROMATOGRAFIA,	UND	20	100	100	R\$ 7,99	R\$ 799,00
71	394841	TIRA E-TEST PARA ERTAPENEM. UNIDADE DE FORNECIMENTO: TIRA.	UND	20	150	150	R\$ 29,70	R\$ 4.455,00
72	330852	TIRA E-TEST PARA IMPENEM. UNIDADE DE FORNECIMENTO: TIRA.	UND	20	150	150	R\$ 36,00	R\$ 5.400,00
73	332585	TIRA E-TEST PARA MEROPENEM. UNIDADE DE FORNECIMENTO: TIRA.	UND	20	150	150	R\$ 34,07	R\$ 5.110,50
74	626131	FILME DE ALTA ADERÊNCIA PARA VEDAÇÃO DE FRASCOS , PLACAS E VIDRARIAS EM GERAL (TIPO PARAFILME). ROLO COM NO MÍNIMO 38 METROS	UND	1	10	10	R\$ 77,90	R\$ 779,00
75	436026	LÂMINA PARA MICROSCOPIA FOSCA LAPIDADA MEDINDO 2,6 X 7,6 CM – CAIXA COM 50 LÂMINAS	UND	20	1000	1000	R\$ 10,79	R\$ 10.790,00
76	620577	COLETOR PARA EXAME DE FEZES COM CÁPSULA DE VEDAÇÃO E TAMPA AFUNILADA, FILTRO CÔNICO, COM LÍQUIDO PRESERVATIVO E COLETOR PARA VOLUME PADRONIZADO DE AMOSTRA	UND	1000	12000	12000	R\$ 3,20	R\$ 38.400,00
77	327336	CORANTE PARA COLORAÇÃO HEMATOLÓGICA, MAY GRUNWALD	FR	5	50	50	R\$ 85,00	R\$ 4.250,00
78	339560	FITA PARA UROANÁLISE, FRASCO COM 100 UNIDADES, 10 PARÂMETROS	UND	10	200	200	R\$ 36,50	R\$ 7.300,00
79	619191	FRASCO COLETOR DE URINA, ESTÉRIL, CAP. 80 ML	UND	500	15000	15000	R\$ 0,89	R\$ 13.350,00
80	619194	FRASCO COLETOR DE URINA, NÃO ESTÉRIL, CAPACIDADE DE 80 ML	UND	500	12000	12000	R\$ 0,65	R\$ 7.800,00
81	619190	FRASCO PARA COLETA DE URINA 24 HORAS, TAMPA COM ROSCA, CAPACIDADE 2000ML E GRADUAÇÃO EXTERNA, COM COR (OPACO)	UND	10	100	100	R\$ 5,29	R\$ 529,00
82	382701	KIT PARA DETERMINAÇÃO DO TEMPO DE PROTROMBINA (TP)	TESTE	100	15000	15000	R\$ 6,00	R\$ 90.000,00
83	382699	KIT PARA DETERMINAÇÃO DO TEMPO DE TROMBOPLASTINA PARCIAL ATIVADA (TTPA)	TESTE	100	15000	15000	R\$ 7,15	R\$ 107.250,00
84	431449	Tipo: Lugol Forte. Aspecto Físico: Líquido.Características Adicionais: Especialmente Manipulado.Concentração*: Solução A 10%	UND	1	5	5	R\$ 136,85	R\$ 684,25

APÊNDICE A - ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS (64598.000313/2026-15)								
ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	REQ MÍNIMA	REQ MÁXIMA	QDE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
85	456972	ÓLEO ESSENCIAL. VÁRIOS TIPOS DE EXTRATOS VEGETAIS. CONCENTRAÇÃO:PURO. VOLUME DO FRASCO: 10ML	UND	10	100	100	R\$ 43,50	R\$ 4.350,00
86	416525	PIPETA DE VIDRO WESTERGREEN (PARA VHS)	UND	5	30	30	R\$ 6,01	R\$ 180,30
87	410489	PIPETA SOROLÓGICA DE VIDRO GRADUADA, CAP. 5 ML	UND	5	25	25	R\$ 6,44	R\$ 161,00
88	412677	PLACA DE VIDRO ESCAVADA COM 12 FUROS PARA REAÇÃO DE VDRL	UND	2	10	10	R\$ 30,61	R\$ 306,10
89	427478	PONTEIRA DESCARTÁVEL DE PLÁSTICO, CAP. DE 0 A 200 MICROLITROS.	UND	10	200	200	R\$ 41,24	R\$ 8.248,00
90	428087	TUBO CÔNICO PARA SEDIMENTAÇÃO DE URINA - CAP. 10ML	UND	50	500	500	R\$ 0,78	R\$ 390,00
91	479398	ETIQUETA ADESIVA.Tamanho: 50x30 mm colunas: 1 carreira material: couchê metragem do rolo: 36 metros aprox quantidade por rolo: 1000 etiquetas diâmetro tubete: 1" ou 3" diâmetro rolo: 8,8 cm. Aplicações: código de barras, identificação de produtos, endereçamento, etc. impressoras zebras compatíveis:GC420T e ELGIN L42DT.	UND	20	200	200	R\$ 35,00	R\$ 7.000,00
92	282534	RIBBON MISTO. Material: Cera/resina Largura: 110 MM Comprimento: 74 M Cor: Preta Aplicação: Impressora Térmica. Impressoras zebras compatíveis: GC420T e ELGIN L42DT.	UND	8	80	80	R\$ 20,00	R\$ 1.600,00
93	483557	LÂMPADA PARA MICROSCÓPIO ECLIPSE E200 NIKON	UND	1	3	3	R\$ 26,05	R\$ 78,15
94	474253	SACOS PARA AUTOCLAVE COM CAPACIDADE PARA 20 LITROS	UND	10	100	100	R\$ 38,00	R\$ 3.800,00
95	448055	LENÇOS (SACHÊS INDIVIDUAIS) UMIDECIDOS PARA ASSEPSIA PARA COLETA DE URINA MEDINDO 20,0 X 15 CM.	UNIDADE	100	1000	1000	R\$ 3,99	R\$ 3.990,00
96	408570	ESCOVA PARA LAVAGEM DE TUBO (Escova laboratório, formato: cilíndrica, material cabo: arame, material cerda: cerda em crina de cavalo, diâmetro: cerca de 0,5 cm , 1 cm)	UND	2	10	10	R\$ 6,92	R\$ 69,20
97	392369	LENÇOS UMIDECIDOS EM TECIDO MICRO FINO, base ISOPROPANOL PARA LIMPEZA DE OBJETIVAS DE MICROSCÓPIO.	SACHÊ	60	3600	3600	R\$ 0,20	R\$ 720,00
98	619195	COLETOR DE URINA, MATERIAL :PLÁSTICO, TIPO :SISTEMA ABERTO, MODELO:INFANTIL, CAPACIDADE :CERCA DE 100 ML, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS :ADESIVO HIPOALERGÊNICO, EMBALAGEM :EMBALAGEM INDIVIDUAL	PACOTE	20	5000	5000	R\$ 0,45	R\$ 2.250,00
99	409036	TUBO LABORATÓRIO, TIPO ENSAIO, MATERIAL VIDRO, TIPO FUNDO FUNDO REDONDO, DIMENSÕES CERCA DE 15X150 MM, ADICIONAL SEM ORLA.	UND	100	1000	1000	R\$ 1,68	R\$ 1.680,00
100	351941	PLASMA CONTROLE, NÍVEL NORMAL	UND	10	100	100	R\$ 150,00	R\$ 15.000,00
101	373658	PLASMA CONTROLE, NÍVEL PATOLÓGICO	UND	10	100	100	R\$ 142,60	R\$ 14.260,00
102	381946	CLORETO FÉRRICO SOLUÇÃO A 10%, TIPO REAGENTE PARA DIAGNÓSTICO CLÍNICO	UND	2	10	10	R\$ 29,55	R\$ 295,50
103	485325	HIDRÓXIDO DE POTÁSSIO 40%, PARA PROVA DE MRVP	UND	2	10	10	R\$ 13,00	R\$ 130,00
104	330642	PLASMA DE COELHO LIOFILIZADO PARA COAGULASE	UND	10	50	50	R\$ 69,00	R\$ 3.450,00
105	607790	KIT PARA DETECÇÃO DE CARBAPENEMASE, IMUNOCROMATOGRÁFIA	UND	10	50	50	R\$ 104,40	R\$ 5.220,00
106	397004	SOLUÇÃO DE ALFA NAFTOL 5%, PARA PROVA DE MRVP	UND	2	10	10	R\$ 21,84	R\$ 218,40

APÊNDICE A - ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS (64598.000313/2026-15)								
ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	REQ MÍNIMA	REQ MÁXIMA	QDE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
107	356174	REATIVO DE KOVACS	UND	2	10	10	R\$ 32,67	R\$ 326,70
108	343371	CALDO ARGININA, PRONTO PARA USO	UND	12	60	60	R\$ 2,90	R\$ 174,00
109	343369	CALDO ORNITINA, PRONTO PARA USO	UND	12	60	60	R\$ 2,99	R\$ 179,40
110	343364	CALDO LISINA, PRONTO PARA USO	UND	12	60	60	R\$ 2,99	R\$ 179,40
111	349939	MEIO DE CULTURA OXIDAÇÃO/FERMENTAÇÃO, PRONTO PARA USO	UND	12	60	60	R\$ 3,11	R\$ 186,60
112	441856	MEIO DE CULTURA AGAR CITRATO DE SIMMONS, PRONTO PARA USO	UND	12	60	60	R\$ 3,19	R\$ 191,40
113	343372	MEIO DE CULTURA TIPO PESSOA E SILVA COM INDOL, PRONTO PARA USO (RUGAI)	UND	60	300	300	R\$ 3,10	R\$ 930,00
114	619173	RESERVATÓRIO PARA COLETA DE AMOSTRA BIOLÓGICA, Modelo: Frasco; Aplicação: P/ Biópsia; Material: Polímero Rígido C/ Cor; Volume: Cerca De 5000 mL; Fechamento: Tampa Plástica; Componente: C/ Conservante; Esterilidade: Não Estéril, Uso Único	UND	40	200	200	R\$ 47,00	R\$ 9.400,00
115	619172	Reservatório P/ Coleta De Amostra Biológica; Modelo: Frasco; Aplicação: P/ Biópsia; Material: Polímero Rígido C/ Cor; Volume: Cerca De 2000 mL; Fechamento: Tampa Plástica; Componente: C/ Conservante; Esterilidade: Não Estéril; Uso Único	UND	40	200	200	R\$ 54,45	R\$ 10.890,00
116	619170	Reservatório P/ Coleta De Amostra Biológica; Modelo: Frasco; Aplicação: P/ Biópsia; Material: Polímero Rígido C/ Cor; Volume: Cerca De 500 mL; Fechamento: Tampa Plástica; Componente: C/ Conservante; Esterilidade: Não Estéril; Uso Único	UND	80	400	400	R\$ 37,00	R\$ 14.800,00
117	352188	CORANTE PARA COLORAÇÃO HEMATOLÓGICA, GIEMSA	UND	10	50	50	R\$ 54,10	R\$ 2.705,00
118	379382	Água Reagente Composição: Desmineralizada , Características Adicionais: Estéril,	UND	20	100	100	R\$ 9,24	R\$ 924,00
VALOR TOTAL ESTIMADO								R\$ 549.061,05

Documento assinado digitalmente
 **ALEXANDRE MARTINS DA CUNHA**
Data: 10/03/2026 13:04:43-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

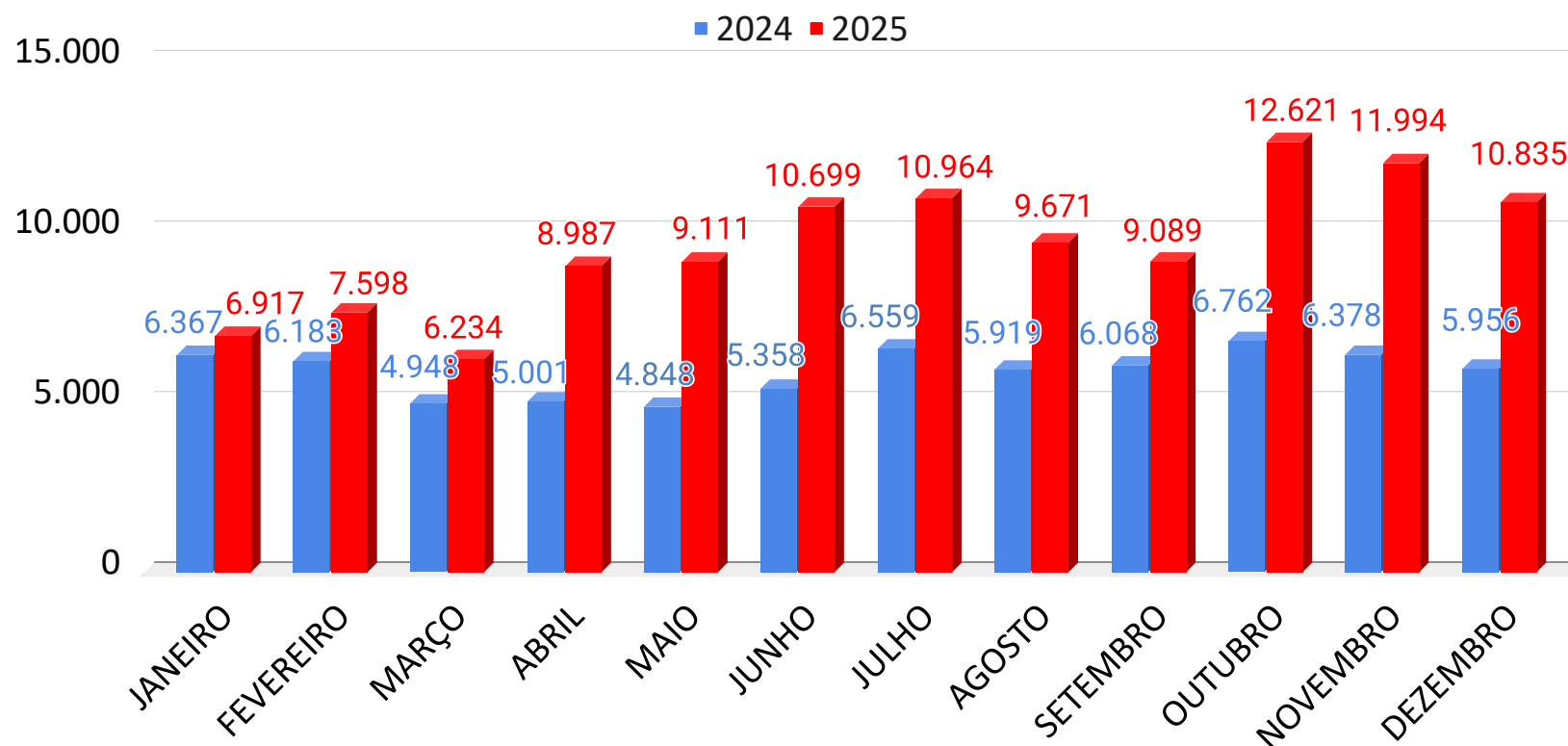
ALEXANDRE MARTINS DA CUNHA - Capitão
Chefe do Laboratório de Análises Clínicas do HGuSGC

Documento assinado digitalmente
 **KERLLEN ARAUJO CARIOLANDO**
Data: 10/03/2026 13:23:31-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

KERLLEN ARAÚJO CARIOLANDO - 2º Tenente
Membro da Equipe de Planejamento da Contratação



EXAMES LABORATORIAIS REALIZADOS



Tr	MÊS	#	2024	2025	#	TOTAL	#	DIFERENÇA
	JANEIRO		6.367	6.917				
	FEVEREIRO		6.183	7.598				
	MARÇO		4.948	6.234				
	ABRIL		5.001	8.987				
	MAIO		4.848	9.111				
	JUNHO		5.358	10.699				
	JULHO		6.559	10.964				
	AGOSTO		5.919	9.671				
	SETEMBRO		6.068	9.089				
	OUTUBRO		6.762	12.621				
	NOVEMBRO		6.378	11.994				
	DEZEMBRO		5.956	10.835				



Documento assinado digitalmente

ALEXANDRE MARTINS DA CUNHA

Data: 05/02/2026 21:11:04-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
C M A - 12ª RM

HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA
(Hospital Uaupés/1922 - Unidade Mista SUSAM/1994)

BOLETIM MENSAL DE ANÁLISES CLÍNICAS
CONSOLIDADO AMBULATORIAL E HOSPITALAR

2023

Seção	CÓDIGO	EXAME	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	TOTAL
BIOQUÍMICA	202010120	Ácido Úrico	11	8	20	16	9	19	19	18	17	15	16	168
	202010180	Amilase	31	14	0	0	23	35	20	21	42	50	52	288
	202010201	Bilirrubina T e F	96	87	146	111	103	92	82	103	90	133	127	1170
	202010210	Cálcio	0	27	68	37	71	73	39	32	2	46	216	611
	202010325	CPK	5	23	19	26	29	2	7	5	15	21	28	180
	202010279	Colesterol HDL	8	1	114	29	32	23	22	18	29	15	30	321
	202010295	Colesterol Total	49	29	118	35	36	36	28	23	31	25	32	442
	202010317	Creatinina	254	268	305	190	249	229	204	103	59	141	175	2177
	202010333	CKMB	7	18	0	0	2	1	4	4	6	3	7	52
	202010260	Cloreto		8	77	149	231	220	164	216	203	299	218	1785
	202010392	Ferro		2	3	0	0		0	0	0	0	0	5
	202010422	Fosfatase Alcalina	82	83	108	51	72	33	50	42	73	83	90	767
	202010430	Albumina	14	5	11	16	3	9	5	4	8	5	7	87
	202010465	Gama GT	53	84	103	55	69	42	52	48	77	94	92	769
	202010473	Glicose	79	45	121	72	71	62	53	34	56	71	59	723
	202010368	LDH	3	10	19	19	9	13	14	18	19	23	11	158
		LDL Colesterol						4	20	17	26	10	27	104
	202010554	Lipase	21	4	0	0	20	30	19	19	41	47	33	234
	202010652	Magnésio	11	10	59	81	133	128	133	37	24	92	90	798
	202010600	Potássio	162	183	249	149	231	220	255	231	207	301	220	2408
	202010627	Proteínas T e F	12	20	26	14	17	24	13	9	10	24	13	182
	202010635	Sódio	162	182	249	149	231	220	255	231	207	302	220	2408
	202010643	TGO	167	175	176	138	159	149	155	91	82	133	105	1530
	202010651	TGP	165	176	205	144	162	149	156	123	120	166	166	1732
	202030202	Proteína C Reativa	297	276	361	280	424	368	386	332	444	502	401	4071
	202010678	Triglicerídios	40	26	118	34	33	36	24	23	30	23	27	414
	202010694	Uréia	242	269	237	10	125	225	271	210	241	240	224	2294
		VLDL Colesterol						4	18	17	26	12	26	103
	202020070	Gasometria Arterial	17	11	9	23	11	33	11	4	8	14	6	147
	202020096	Gasoletria Venosa	3	4	2	7	5	16	8	6	13	25	16	105
		D-DIMERO	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0	0
	202031209	Troponina	14	31	21	14	21	14	14	7	13	12	4	165

HEMATOLOGIA	202020380	Hemograma Completo	590	515	685	442	588	557	588	649	662	741	651	6668
	202020142	TAP	38	70	93	41	68	42	38	48	53	36	56	583
	202020134	TPPA	37	70	93	39	68	42	38	49	53	36	56	581
	202120023	Tipagem Sanguínea	190	160	179	113	155	133	173	191	173	173	155	1795
	202020150	VHS	17	7	16	23	49	18	13	7	21	7	14	192
	202020436	Pesquisa de Filária	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	202020541	Coombs Direto	0	1	5	1	1	1	3	1	1	1	0	15
IMUNOLOGIA	202120090	Coombs Indireto	0	1	0	1	3	2	0	2	1	1	3	14
	202050254	BHCG(qualitativo)	46	34	24	10	11	19	39	23	24	28	41	299
	202030970	HBsAg	121	79	109	85	95	102	124	118	110	127	105	1175
	202030679	Anti-HCV	116	78	106	85	72	93	110	118	109	127	103	1117
	202030300	HIV (TR)	142	80	124	87	96	105	126	126	116	125	112	1239
	214010074	Sífilis	140	81	119	89	101	117	123	119	118	120	112	1239
	202031110	VDRL	1	2	12	1	5	5	8	13	6	14	5	72
		BHCG(quantitativo)	0	22	10	19	21	27	31	24	22	25	10	211
	214010163	Covid-19 Antígeno	75	114	210	55	40	31	23	55	54	71	56	784
	214010120	Dengue IgG/IgM	25	45	34	27	24	39	55	63	57	0	0	369
	214010139	Chikungunya IgG/IgM	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0	0
	214010112	Zika Vírus IgG/IgM	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0	0
	202030903	Dengue NS1	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0	0
URINÁLISE	202050017	EAS	240	174	177	124	166	193	189	153	187	212	204	2019
PARASITOLOGIA	202040127	EPF	27	9	12	13	7	25	5	14	18	14	15	159
TOTAL														

PACIENTES	841	732	1027	629	794	763	824	878	882	1006	859	9235
-----------	-----	-----	------	-----	-----	-----	-----	-----	-----	------	-----	------

São Gabriel da Cachoeira, 01 dezembro de 2023

FELIPE ANDRADE GASPAR – 2º TEN
Chefe do LAC HGuSGC

Divisão de Estatística - Mapa de Coleta de Dados

Período de 01/01/2025 Até 31/12/2025

Local de Coleta/Procedências Selecionadas : Todas

Procedencias do Paciente Selecionadas: Todas

Convênios Selecionados : Todos

EXAMES	Ambulatorial	Internação	Emergência	Ocupacional	Total
ACIDO URICO	988	15	18	0	1021
ALANINA AMINOTRANSFERASE	1802	949	2442	0	5193
ALBUMINA	455	11	32	0	498
AMILASE	495	459	749	0	1703
ANALISE MICROBIOLOGICA DA AGUA	19	0	0	0	19
ASPARTATO AMINOTRANSFERASE	1402	742	1820	0	3964
BETA HCG - QUALITATIVO teste rápido	382	9	381	0	772
BHCG - QUANTITATIVO TOTAL	15	5	37	0	57
BILIRRUBINA TOTAL E FRAÇÕES (adulto)	1275	918	1231	0	3424
CALCIO IONICO	584	1276	2857	0	4717
CHIKUNGUNYA ANTICORPOS IGM / IGG	5	2	5	0	12
CITOMEGALOVIRUS - IGG/IGM	95	2	5	0	102
COLORO	584	1277	2860	0	4721
COLESTEROL HDL	18	1	1	0	20
COLESTEROL TOTAL	363	1	19	0	383
COOMBS DIRETO	5	9	4	0	18
COOMBS INDIRETO	16	1	4	0	21
COVID 19 - ANTIGENO QUANTITATIVO	112	19	332	0	463
CREATININA	3121	1286	3600	0	8007
CREATINOFOSFOQUINASE - CPK	34	20	361	0	415
CREATINOQUINASE FRACAO MB	16	15	354	0	385
CURVA GLICÊMICA PROLONGADA (GESTANTE)	11	0	0	0	11
D Dímero	4	4	11	0	19
DEIDROGENASE LÁTICA TOTAL, DHL	16	25	47	0	88
DENGUE IGG/IGM	0	0	6	0	6
DENGUE NS1	85	12	416	0	513
FATOR REUMATOIDE QUALIT	205	0	5	0	210
FERRO SÉRICO	1	0	0	0	1
FOSFATASE ALCALINA	313	351	611	0	1275
GAMA-GLUTAMIL TRANSFERASE (GGT)	374	478	710	0	1562
GASOMETRIA (Arterial)	4	2	81	0	87
GASOMETRIA (Venoso)	12	53	254	0	319
GLICEMIA 2 HORAS APÓS CAFÉ	1	0	0	0	1
GLICOSE	3896	107	239	0	4242
GRUPO SANGUÍNEO/ FATOR RH	1308	1809	146	0	3263
HCV TESTE RÁPIDO	1324	887	260	0	2471
HEMOGLOBINA GLICADA (HbA1c)	236	2	14	0	252
HEMOGRAMA COMPLETO	5021	2686	5275	0	12982
HEPATITE B - TESTE RÁPIDO	1561	951	294	0	2806
HIV 1 e 2 - TESTE RÁPIDO	1587	944	260	0	2791
HIV+	4	4	7	0	15
HORMÔNIO LUTEINIZANTE - LH	14	0	0	0	14
LACTATO	0	0	4	0	4
LIPASE	149	294	531	0	974
LIPIDOGRAMA	2831	8	97	0	2936
Líquido Cefalorraquidiano	0	0	1	0	1

Divisão de Estatística - Mapa de Coleta de Dados

Período de 01/01/2025 Até 31/12/2025

Local de Coleta/Procedências Seleccionadas : Todas

Procedencias do Paciente Seleccionadas: Todas

Convênios Seleccionados : Todos

EXAMES	Ambulatorial	Internação	Emergência	Ocupacional	Total
MAGNESIO	279	1075	2223	0	3577
PARASITOLOGICO DE FEZES	1	0	0	0	1
PARASITOLOGICO DE FEZES (MIF)	1865	6	7	0	1878
PESQUISA DE SANGUE OCULTO	47	0	0	0	47
POTASSIO	595	1280	2872	0	4747
PROTEINA C REATIVA	1283	1533	3674	0	6490
PROTEINAS TOTAIS E FRAÇÕES	164	58	108	0	330
PSA TOTAL	151	1	16	0	168
ROTAVIRUS - PESQUISA	130	2	3	0	135
RUBEOLA IGM/IGG	115	1	5	0	121
SODIO	595	1279	2869	0	4743
SUMÁRIO DE URINA	3418	111	1215	0	4744
T4 - TIROXINA LIVRE	152	0	5	0	157
TEMPO DE PROTROMBINA	244	671	917	0	1832
TEMPO DE TROMBOPLASTINA PARCIAL ATIVADA	104	221	367	0	692
TESTE DE SENSIBILIDADE AOS ANTIBIOTICOS ISI	1	0	0	0	1
TESTE RÁPIDO PARA INFLUENZA AIGM	1	0	3	0	4
TESTE RÁPIDO PARA INFLUENZA BIGM	1	0	3	0	4
TESTE RÁPIDO PARA SIFILIS	1772	932	232	0	2936
TOXOPLASMOSE IGG/IGM	39	1	1	0	41
TRIAGEM TOXICOLOGICA	36	0	1	0	37
TRIGLICERIDIOS	315	1	15	0	331
TROPONINA	6	3	279	0	288
TROPONINA QUANTITATIVA	3	1	69	0	73
TSH - HORMONIO TIREOESTIMULANTE	152	0	7	0	159
UREIA	2913	1210	3412	0	7535
UROCULTURA	3	2	2	0	7
VDRL	54	38	16	0	108
VELOCIDADE DE HEMOSSEDIMENTACAO	609	82	59	0	750
VITAMINA D - 25 HIDROXI	18	0	0	0	18
ZIKA ANTICORPOS IGM/IGG	5	1	3	0	9
SUB - TOTAIS	45814	24143	44764	0	114721

Nº EXAMES LABORATORIAIS	114721
Nº PACIENTES ATENDIDOS	15775
ÍNDICE	7,2723

Documento assinado digitalmente



ALEXANDRE MARTINS DA CUNHA

Data: 05/02/2026 21:11:04-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ANEXO VIII AO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026 - HGuSGC

PROPOSTA DE PREÇOS

TIMBRE DA EMPRESA

Referência: Edital do Pregão Eletrônico nº **90001/2026 - HGuSGC**

Sr. PREGOEIRO,

1. A Empresa _____ sediada à (rua, bairro, cidade, telefone/fax, etc), __, inscrita no CNPJ nº _____, neste ato representada por _____, abaixo assinado, propõe ao Hospital de Guarnição de São Gabriel da Cachoeira, a realizar os serviços abaixo indicado(s), conforme Termo de Referência do Edital em epígrafe, nas seguintes condições:

Item	DISCRIMINAÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE	QNT	Preço Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
VALOR GLOBAL DA PROPOSTA (R\$).....					

Valor total da proposta é R\$ ----- (-----).

2. A execução do serviço deverá ser procedida conforme disposto no Termo de Referência, Anexo I ao Edital do Pregão Eletrônico nº **90002/2026 - HGuSGC**.

3. Local de execução do objeto: Os serviços serão prestados nos locais indicados abaixo.

9º Batalhão de Suprimento: Rua Quintino de Sá Cavalcante, 250, bairro Dabarú, São Gabriel da Cachoeira – AM, CEP: 68.750-000.

4. Prazo de validade da proposta: 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação;

5. Será garantida a substituição ou reparação do serviço ofertado, em caso de defeito ou incorreção na sua execução, substituindo-o, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, ficando por conta da empresa todas as despesas relativas a essa substituição ou reparação.

6. Estão inclusos no preço todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxas de administração, materiais, serviços e encargos sociais.

7. Dados bancários: (informar banco, agência e conta-corrente);

8. Caso nos seja adjudicado o objeto da presente licitação, nos comprometemos a receber a nota de empenho no prazo determinado no Edital e indicamos o(a) Sr(a). _____, Carteira de identidade nº _____, CPF nº _____, _____ (função na empresa), como responsável legal desta empresa.

Local e data

Nome e Cargo do Representante da Empresa

MINISTERIO DA DEFESA
EXERCITO BRASILEIRO
CMA - 12º RM
HGUSGC - UG 160545

RELATÓRIO DE CONSUMO POR DEPENDENCIA - H Gu S G CACHOEIRA / LAC USO

Período considerado: De 01/01/2025 até 31/12/2025

Nr Ficha	Cod Mat/Proposta	Nome material	Unid Med / Cons	Quantidade	Valor Total
11103	0617217089	BILIRRUBINA DIRETA - REAGENTE / TESTE	Unidade	2220	R\$ 5.613,00
10877	0617217550	DETERGENTE ENZIMÁTICO-FRASCO 5L / -	Unidade	10	R\$ 4.500,00
35418	0617217614	MICROESFERAS / PARA COAGULAÇÃO	Unidade	1	R\$ 136,00
11112	0617216224	ACIDO URICO - REAGENTE BIOQUÍMICA / KIT/TESTES	Unidade	380	R\$ 950,00
35070	0617211382	AGAR CLED / -	Frasco	5	R\$ 445,00
22001	164537	ÁGUA SANITÁRIA / Capacidade (Litros): 1;	Litro	5	R\$ 23,15
3699999	0617218197	AGULHA DESCARTÁVEL 25X7MM CAIXA C/100 UND / ESTÉRIL, CORPO AÇO INOX, BISELADA, EM CANHÃO, PLÁSTICO R	Caixa	1502	R\$ 380,01
09975	0617218250	AGULHA DESCARTAVEL 25X8 ESTERIL CAIXA C/100 UNIDADES / -	Caixa	1	R\$ 0,05
35605	0617211625	AGULHA DESCARTAVEL A VACUO 25 X 8 / UNIDADE	Unidade	2200	R\$ 1.650,00
36944	061721975	AGULHA PARA TUBO A VACUO / 25X7	Unidade	800	R\$ 647,92
11113	0617216226	ALBUMINA - REAGENTE BIOQUÍMICA / TESTES	Unidade	376	R\$ 1.183,20
09811	0617217935	ALBUMINA HUMANA SOLUÇÃO INJETAVEL 20% / AMPOLA 50ML	Unidade	2	R\$ 227,60
22019	176967	ALCOOL ETÍLICO / Apresentação: Frasco com 1000 ml; Concentração: 70%;	Unidade	62	R\$ 522,81
36016	0617215521	ALCOOL ETÍLICO LITRO 70% / FRASCO	Frasco	2	R\$ 27,00
36021	159728	ALGODÃO HIDRÓFILO / Apresentação: Pacote com 250g;	Unidade	2	R\$ 31,98
10025	180817	ALGODÃO HIDRÓFILO / Apresentação: Roleta Dental;	Unidade	4	R\$ 36,40
36022	180308	ALGODÃO HIDRÓFILO / Apresentação: Rolo de 500g;	Unidade	14	R\$ 134,58
35507	0617217837	ALT/TGP - EBRAM / -	Unidade	1428	R\$ 4.141,20
11006	0617214514	ALT/TGP - REAGENTE BIOQUÍMICA / KIT/TESTES	Unidade	4803	R\$ 12.761,45
22054	168348	ALVEJANTE / Base: Água oxigenada;	Unidade	6	R\$ 23,94
11120	0617216236	AMILASE - REAGENTE BIOQUÍMICA / KIT/TESTES	Unidade	1326	R\$ 7.142,40
35137	0617212040	ANTI CMV IGG SYM / KIT	Nao Cadastrado	5	R\$ 1.375,00
35143	0617212046	ANTI TOXO IGM / SYM 96T	Nao Cadastrado	150	R\$ 1.500,00
16008	164673	APONTADOR DE LÁPIS / Material: Plástico;	Unidade	2	R\$ 0,78
35506	0617217836	AST/TGO - EBRAM / -	Unidade	1230	R\$ 3.628,50
11005	061721305	AST/TGO - REAGENTE BIOQUÍMICA / TESTES	Unidade	5001	R\$ 14.165,99
3600011	0617217808	AVENTAL DESCARTAVEL / UNIDADE	Unidade	10	R\$ 83,20
35175LAC	0617212284	BANDAGEM ASSEPTICA P/ CURATIVO COM 200 UNIDADES / Caixa com 500 und	Caixa	25	R\$ 600,00
16012	168392	BARBANTE / Tipo: Cru;	Unidade	1	R\$ 9,14
11149	0617211913	BASOLYSE PARA EQUIPAMENTO PENTRA NEXUS /60/80/120 / -	Galao	6	R\$ 16.182,00
35609	173023	BICO DE BUNSEN / Uso: Para botijão à gás;	Unidade	1	R\$ 75,00
11114	0617216227	BILIRRUBINA TOTAL - REAGENTE BIOQUÍMICA / teste	Unidade	2220	R\$ 5.786,00

RELATÓRIO DE CONSUMO POR DEPENDENCIA - H Gu S G CACHOEIRA / LAC USO					Página 2 / 5
Nr Ficha	Cod Mat/Proposta	Nome material	Unid Med / Cons	Quantidade	Valor Total
16023	159068	BLOCO DE NOTAS AUTOADESIVA / Cor: Colorida;	Unidade	2	R\$ 5,98
35417	0617217613	BOBINA PAPEL TERMO 0,57 X 30 - KX/GASO / -	Bobina	1	R\$ 36,00
16024	0617213671	CAIXA ARQUIVO MORTO / Material: Plástico	Unidade	2	R\$ 5,56
19016	0617217478	CAIXA PLASTICA ORGANIZADORA 40L / -	Unidade	1	R\$ 208,00
35232	0617213815	CALCIO - METODO COLORIMETRICO / kit	Unidade	3000	R\$ 10.200,00
11121	0617216761	CÁLCIO / TESTE	Unidade	800	R\$ 2.720,00
35010	0617211449	CALIBRADOR / -	Conjunto	2	R\$ 348,00
35511	0617217840	CALIBRADOR BIOQUIMICA -EBRAM / -	Unidade	20	R\$ 2.800,00
35051	061721617	CAMARA NEUBAUER DUPLA ESPELHADA	Unidade	1	R\$ 307,90
16029	164550	CANETA /	Unidade	20	R\$ 10,16
16030	164533	CANETA / Tipo: Esferográfica;	Unidade	89	R\$ 50,34
16439	0617219067	CANETA ESFEROGRAFICA VERDE / -	Unidade	9	R\$ 5,04
16031	0617214892	CANETA ESFEROGRAFICA VERMELHA / UNIDADE	Unidade	10	R\$ 5,80
16019	169164	CANETA MARCA TEXTO / Cor: Verde;	Unidade	3	R\$ 3,66
16034	162422	CANETA PARA RETROPROJETOR / Cor: Preto;	Unidade	27	R\$ 43,50
16011	061721620	CANETA RETROPROJETOR COR AZUL / UNIDADE	Unidade	45	R\$ 78,75
16035	0617215096	CANETA RETROPROJETOR COR VERDE / UNIDADE	Unidade	10	R\$ 17,50
17351	0617218901	CARTUCHO TONER / SAMSUNG MLT-D111	Unidade	8	R\$ 256,00
11115	0617216229	CK TOTAL / TESTES	Unidade	608	R\$ 2.424,64
11002	0617212592	CKMB - REAGENTE BIOQUÍMICA / TESTES	Unidade	268	R\$ 3.484,00
11130	0617217426	CLEANER PARA EQUIP PENTRA NEXUS 60/80/120 / -	Unidade	6	R\$ 2.946,00
16062	186130	CLIPS PARA PAPEL / Tamanho: 2/0;	Caixa	2	R\$ 4,10
09842	0617218021	COLECALCIFEROL - VITAMINA D 7.000 UI / UNIDADE	Unidade	1	R\$ 500,00
11108	0617213816	COLESTEROL - HDL / TESTE	Unidade	666	R\$ 2.224,44
11003	0617212993	COLESTEROL TOTAL - REAGENTE / TESTES	Unidade	600	R\$ 1.500,00
36069	192437	COLETOR DE MATERIAL PERFUROCORTANTE / Capacidade: 13 Litros; Composição: Caixa Externa e Bandeja em	Unidade	5	R\$ 17,75
36070	192382	COLETOR DE MATERIAL PERFUROCORTANTE / Capacidade: 20 Litros; Composição: Caixa Externa e Bandeja em	Unidade	13	R\$ 52,00
35086	0617211452	COLETOR UNIVERSAL / UNIDADE	Unidade	3430	R\$ 1.428,00
10852	0617217233	COMPRESSA DE GAZE / COMPRESSA DE GAZE	Pacote	27	R\$ 0,60
3699951	171643	COMPRESSA DE GAZE / Material: 100 % Algodão; Tipo: 13 Fios; 8 Camadas; 5 Dobras; Dimensões: 7,5 cm X	Unidade	4	R\$ 0,16
36126	0617215990	COMPRESSA DE GAZE 7,5 X 7,5CM COM 10 UND ESTERIL / PACOTE	Pacote	1	R\$ 0,01
36127	0617211945	COMPRESSA DE GAZE 7,5 X 7,5CM COM 500 UND / PACOTE	Pacote	1	R\$ 0,01
35215	0617213269	CONJUNTO DE ANTIBIÓTICOS GRAM / POSITIVOS	Conjunto	25	R\$ 225,00
35513	0617217843	CONTROLE SORO CONTROLE ANORMAL - EBRAM / -	Unidade	25	R\$ 3.531,84
35512	0617217842	CONTROLE SORO CONTROLE NORMAL - EBRAM / -	Unidade	27	R\$ 4.320,00
21072	248430	COPO DESCARTÁVEL / Capacidade: 300 Ml;	Unidade	1	R\$ 14,40
21002	0617215126	COPO DESCARTAVEL 180ML / PACOTE / Ficha 21002	Pacote	4	R\$ 17,39
11170	0617217794	CORANTE PANOTICO RAPIDO / CAIXA	Caixa	7	R\$ 189,00
35498	0617217828	CREATININA - EBRAM / -	Unidade	1334	R\$ 720,36
Relatório emitido pelo SISCOFIS OM - Usuário : IDS0108606971 / MARTINS - Data de emissão : quinta-feira, 5 de fevereiro de 2026					Página 2 / 5


RELATÓRIO DE CONSUMO POR DEPENDENCIA - H Gu S G CACHOEIRA / LAC USO					Página 3 / 5
Nr Ficha	Cod Mat/Proposta	Nome material	Unid Med / Cons	Quantidade	Valor Total
11004	061721125	CREATININA - REAGENTE BIOQUÍMICA / KIT/TESTES	Unidade	9365	R\$ 25.584,38
35309	0617214502	CRONOMETRO / unidade	Unidade	1	R\$ 91,00
35395	0617215808	D-DIMERO - TESTE RAPIDO / CASSETE	Cartucho	1	R\$ 458,00
11109	0617213817	DESIDROGENASE LACTICA LDH / TESTES	Unidade	333	R\$ 376,29
22305	0617217537	DESODORIZADOR DE AMBIENTE SPRAY / -	Unidade	2	R\$ 15,16
22005	159229	DETERGENTE / Tipo: Uso doméstico;	Unidade	7	R\$ 16,03
35015	061721193	DETERGENTE PARA LABORATORIO LIQUIDA E NEUTRA ISENTA DE FOSFATO E CLORO / FICHA 35015	Unidade	10	R\$ 3.850,00
35525	0617218029	DILUENTE HEMATOLOGIA DIATON 20LT / -	Galao	12	R\$ 14.040,00
11102	061721918	DISCO DE BACITRACINA / FRASCO	Frasco	1	R\$ 25,00
35451	0617216358	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA CONTENDO NOVOBIOCINA COM 5 MGC / FICHA 35451	Frasco	1	R\$ 25,00
36180	192583	ESCALPE / Apresentação: Caixa com 50 unidades; Número: 23G; Cor: Azul; Informações Adicionais: Com A	Unidade	700	R\$ 1.260,00
36182	0617214946	ESCALPE NR 27 / UNIDADE	Unidade	4200	R\$ 7.560,00
22066	161529	ESPONJA DE LIMPEZA / Tipo: Espuma;	Unidade	5	R\$ 6,35
16087	168402	ESTILETE / Tipo: Comum;	Unidade	2	R\$ 3,60
16089	0617216348	ETIQUETA ADESIVA 25,40X66,70 / 16326	Caixa	44	R\$ 748,00
35153	0617212199	FILTRO PARASITOLOGICO DESCARTAVEL / UNIDADE	Unidade	100	R\$ 89,00
16127	0617215398	FITA ADESIVA DUPLA FACE 19MM X 30MM / ROLO	Rolo	1	R\$ 5,54
16133	0617214651	FITA ADESIVA TRANSPARENTE TAMANHO 50MM X 50M / 50MM X 50M	Rolo	3	R\$ 9,15
11107	0617213812	FOSFATASE ALCALINA / TESTES	Unidade	922	R\$ 2.535,50
11105	0617211478	GAMA GLUTAMIL TRANSFERASE / TESTES	Unidade	816	R\$ 3.835,20
11118	0617216232	GLICOSE / TESTES	Unidade	3328	R\$ 5.145,60
16428	186850	GRAFITE PARA LAPISEIRA / Espessura: 0,9;	Unidade	1	R\$ 0,83
11124	0617214887	HDL COLESTEROL / TESTES	Unidade	868	R\$ 6.466,60
11012	061721521	HEMOGLOBINA GLICOSILADA / TESTE	Frasco	15	R\$ 2.880,00
11169	0617217749	KIT DE TROPONINA / TESTE	Unidade	180	R\$ 1.080,00
36952	0617217629	KIT GASOMETRIA / TESTE	Unidade	4200	R\$ 86.142,00
35503	0617217833	LACTATO DESIDROGENASE DHL - EBRAM / -	Unidade	480	R\$ 2.040,00
35483	0617217777	LÂMINA DE MATERIAL PLASTICO PARA LEITURA DE SEDIMENTO URINÁRIO TIPO KACELL / CAIXA COM 100 UNIDADES	Caixa	2	R\$ 798,00
35097	0617211612	LAMINA MICROSCOPIA COM ESTREMIDADE FOSCA / CAIXA C/ 50	Caixa	240	R\$ 308,04
35014	0617216691	LAMINA MICROSCOPIA LISA / CAIXA	Caixa	220	R\$ 73,44
35155	0617212201	LAMINA MICROSCOPIA EXTREMIDADE LISA / CAIXA C/ 100	Caixa	200	R\$ 12,24
35149	168342	LAMÍNULA / Apresentação: Caixa com 50 unidades; Tipo: ; Dimensões: 24 x 24mm;	Unidade	1200	R\$ 36,00
16163	186848	LÁPIS / Tipo: 2H;	Unidade	10	R\$ 2,90
11110	0617215550	LIPASE / TESTE	Unidade	1204	R\$ 5.289,00
35526	0617218030	LISANTE HEMATOLOGIA DIASTRON 500ML / -	Frasco	6	R\$ 18.822,00
16167	0617215155	LIVRO ATA 100FLS / UNIDADE	Unidade	1	R\$ 10,01
16170	061721675	LIVRO PROTOCOLO DE CORRESPONDENCIA FORMATO 153X216MM. / UNIDADE	Unidade	1	R\$ 8,73
22081	0617212991	LIXEIRA PLASTICA 15L / -	Unidade	3	R\$ 64,47
36981	0617217085	LUVA DE PROCEDIMENTO / TAM. P / CAIXA	Caixa	7	R\$ 1.330,00
Relatório emitido pelo SISCOFIS OM - Usuário : IDS0108606971 / MARTINS - Data de emissão : quinta-feira, 5 de fevereiro de 2026					Página 3 / 5

RELATÓRIO DE CONSUMO POR DEPENDENCIA - H Gu S G CACHOEIRA / LAC USO					Página 4 / 5
Nr Ficha	Cod Mat/Proposta	Nome material	Unid Med / Cons	Quantidade	Valor Total
10069.	162599	LUVA PARA PROCEDIMENTOS / Apresentação: Caixa com 100 unidades; Tamanho: 2M2; Material: Látex; Infor	Unidade	87	R\$ 782,96
10033.	161972	LUVA PARA PROCEDIMENTOS / Apresentação: Caixa com 100 unidades; Tamanho: 2P2; Material: Látex; Infor	Unidade	20	R\$ 9.699,04
11129	0617217425	LYSEBIO PARA EQUIP PENTRA NEXUS 60/80/120 / -	Unidade	6	R\$ 6.336,00
10857	0617217260	MASCARA TRIPLA DESCATAVEL / -	Caixa	8	R\$ 5,36
35342	0617214926	MEIO DE CULTURA AGAR CROMOGENICO PARA E. / ENTEROBACTERIAS / FICHA 35342	Frasco	3	R\$ 327,00
35250	0617214188	MEIO DE CULTURA DE AGAR MACCONKEY / unidade	Unidade	1	R\$ 300,00
35346	0617215277	MEIO DE CULTURA ESCALA MCFARLAND / UNIDADE / FICHA 35346	Unidade	5	R\$ 950,00
35099	0617211614	MICRO PIPETA DE 50 MICROLITROS / FICHA 35099	Caixa	6	R\$ 546,00
35100	0617211615	MICRO PIPETA DE 500 MICROLITROS / FICHA 35100	Unidade	10	R\$ 990,00
35273	0617214268	MICROPIPETA CAPACIDADE 20 MICROLITROS / FICHA 35273	Unidade	4	R\$ 364,00
1715	0617217728	MICROPIPETA DE VOLUME VARIÁVEL DE 1000 A 5000 MICROLITRO / FORMATO/DESIGN PARA ERGONOMIA.	Unidade	8	R\$ 792,00
35274	0617214269	MICROPIPETA SEMI-AUTOMATICA 25MCL / unidade	Unidade	10	R\$ 810,00
35487	0617217801	MICROTUBO P/ SORO 0,5ML NEONATAL / UNIDADE	Unidade	100	R\$ 100,00
35124	0617211918	MINOCLAIR MARCA ABX / FRASCO / FICHA 35124	Frasco	6	R\$ 3.522,00
11142	0617214903	MIOGLOBINA - TESTE RÁPIDO / CASSETE	Cartucho	10	R\$ 3.100,00
099918	0617218564	OXITOCINA SOLUÇÃO INJETÁVEL 5.000 UI/ ML / -	Unidade	200	R\$ 254,00
16203	061721996	PAPEL OFICIO A4 / RESMA	Resma	76	R\$ 1.393,53
16354	172703	PASTA / Modelo: Catálogo;	Unidade	2	R\$ 39,96
16226	061721115	PASTA CATALAGO PLASTICO FINO / UNIDADE	Unidade	2	R\$ 18,18
35915	0617218841	PCR-TURBIDIMETRIA TESTE / REAGENTE	Unidade	1500	R\$ 15.000,00
16356	173268	PINCEL ATÔMICO / Cor: Azul;	Unidade	2	R\$ 5,80
35312	0617214713	PLACA DE KLINE C/ 12 ESCAVA / UNIDADE	Unidade	10	R\$ 450,00
35013	061721192	PONTEIRA PARA MICROPIPETA CAPACIADE 200 MICROLITROS / FICHA 35013	Pacote	1045	R\$ 364,32
35020	061721197	PONTEIRA PARA MICROPIPETA CAPACIDADE 1000 MICROLITROS / FICHA 35020	Pacote	3	R\$ 78,00
09379	175502	PROPOFOL / Apresentação: Emulsão Injetável; Frasco-Ampola com 10 mL; Concentração: 10 mg/ mL;	Unidade	50	R\$ 350,00
35409LAC	0617216221	PROTEINA TOTAL / TESTES	Unidade	312	R\$ 717,60
35009	061721188	RAGENTE PARA DIAGNOSTICO CLINICO DE PROTEINAS TOTAIS (R) / UNIDADE	Unidade	400	R\$ 416,00
35260	0617214247	REAGENTE P/ IDENTIFICAÇÃO DE BACILOS GRAM NEGATIVOS NAO FERMENTADORES TIPO I / kit	Unidade	14	R\$ 2.984,84
35263	0617214245	REAGENTE P/ IDENTIFICAÇÃO DE BACILOS GRAM NEGATIVOS FERMENTADORES / TIPO II	Caixa	2	R\$ 440,00
35141	0617212044	RUBEOLA IGM / 96T SYMBIOSIS	Nao Cadastrado	101	R\$ 1.750,00
11159	0617217708	SANGUE CONTROLE 3 NÍVEIS / -	Unidade	3	R\$ 6.072,00
35317	0617214754	SENSOR DE SODIO P/ GASOMETRIA / -	Unidade	2500	R\$ 26.750,00
35350	0617215460	SENSOR PH GASOMETRO OMNI C / UNID / FICHA 35350	Unidade	3	R\$ 129,00
36385	161250	SERINGA / Apresentação: Embalagem com 1; Tipo: Hipodérmica; Capacidade: 10 ml; Com Agulha: Sim; Info	Unidade	130	R\$ 75,30
361302	219354	SERINGA / Apresentação: Embalagem com 1; Tipo: Hipodérmica; Capacidade: 3 ml; Com Agulha: Não; Infor	Unidade	285	R\$ 76,15
36383	161253	SERINGA / Apresentação: Embalagem com 1; Tipo: Hipodérmica; Capacidade: 3 ml; Com Agulha: Sim;	Unidade	415	R\$ 99,60
Relatório emitido pelo SISCOFIS OM - Usuário : IDS0108606971 / MARTINS - Data de emissão : quinta-feira, 5 de fevereiro de 2026					Página 4 / 5

Nr Ficha	Cod Mat/Proposta	Nome material	Unid Med / Cons	Quantidade	Valor Total
36384	161252	SERINGA / Apresentação: Embalagem com 1; Tipo: Hipodérmica; Capacidade: 5 ml; Com Agulha: Sim; Infor	Unidade	1490	R\$ 305,50
36257	165527	SERINGA / Apresentação: Unidade; Tipo: Plástico descartável; Capacidade: 10ml; Com Agulha: Não;	Unidade	630	R\$ 163,70
35217	0617213271	SISTEMA DERSCATAVEL PARA VHS, PIPETA COM GRADUAÇÃO - 170MM / -	Pacote	200	R\$ 273,00
11151	242886	SORO / Indicação: ; Tipo de Análise: Anti-A; Aspecto Físico: ; Composição: Monoclonal; Apresentação:	Unidade	13	R\$ 416,00
35067	242891	SORO / Indicação: ; Tipo de Análise: Anti-B; Aspecto Físico: ; Composição: Monoclonal; Apresentação:	Unidade	19	R\$ 548,00
35068	0617211349	SORO ANTI D MONOCLONAL 100ML / UNID / FICHA 35068	Unidade	15	R\$ 975,00
35186	0617212448	SORO DE COOMBS / FRASCO / FICHA 35186	Frasco	10	R\$ 550,00
35127	0617211923	SWAB PARA TRANSPORTE DE AMOSTRAS SEM MEIO / UNIDADE	Unidade	10	R\$ 287,50
35135	0617212038	T4 SYM / kit	Nao Cadastrado	10	R\$ 3.240,00
22283	0617216309	TELA PLASTICA PARA MICTORIO / PACOTE	Pacote	4	R\$ 15,96
16260	187781	TESOURA PARA ESCRITÓRIO / Tipo: Uso Geral;	Unidade	2	R\$ 11,50
35524	0617217992	TESTE DE DETECÇÃO DE ANTÍGENO COVID-19 TESTE RÁPIDO / -	Unidade	625	R\$ 6,25
035913	061721157	TESTE IMUNOLOGICO PARA GRAVIDEZ (HCG URINA) / KIT	Caixa	105	R\$ 13.520,00
35482	166330	TESTE RÁPIDO DETECÇÃO ZIKA / KIT COMPLETO, IGG/IGM	Unidade	201	R\$ 4.024,74
35610	191676	TESTE TOXICOLÓGICO / Apresentação: 25 peças;	Unidade	50	R\$ 995,00
35473	131007	TIRA REAGENTE, DIAGNOSTICO / PARA URINA,100 TIRAS, COM DENSIDADE EGTA.	Caixa	910	R\$ 1.080,00
17040	0617217988	TONER COMPATIVEL MS 317DN PARA IMPRESSORA LEXMARK MONOCROMATICA / -	Unidade	3	R\$ 180,00
10851	0617216809	TOUCA DESCARTAVEL COM ELASTICO / UNIDADE	Unidade	1	R\$ 0,09
11007	0617216558	TRIGLICERÍDEOS - REAGENTE BIOQUÍMICA / KIT/TESTES	Unidade	2000	R\$ 5.000,00
35914	0617218839	TRIGLICERIDES TESTE / REAGENTE	Unidade	2250	R\$ 5.222,50
35136	0617212039	TSH SYM / kit	Nao Cadastrado	10	R\$ 3.240,00
35029	061721206	TUBO CONICO DE VIDRO/PLASTICO PARA URINALISE / peca	Unidade	1500	R\$ 15,00
35467	0617217420	TUBO DE COLETA / BIOQUIMICA	Unidade	7500	R\$ 7.196,00
35468	0617217421	TUBO HEMOGRAMA EDTA / -	Unidade	2200	R\$ 2.031,80
35031	061721207	TUBO PARA COLETA A VACUO COM EDTA - 2ML PEDIATRICO / PACOTE / FICHA 35031	Pacote	10	R\$ 990,00
35275	0617214273	TUBO PARA COLETA A VACUO COM GEL CAPACIDADE 6ML / CAIXA / FICHA 35275	Unidade	6800	R\$ 6.555,00
35042	061721614	TUBO PARA COLETA DE SANGUE A VACUO COM CITRATO / UNIDADE	Unidade	900	R\$ 48,00
35045	061721595	TUBO PARA COLETA DE SANGUE A VACUO COM EDTA - 4ML TAMPA HEMOGARD / UNIDADE	Unidade	10200	R\$ 7.817,38
35528	0617218193	TUBO PARA COLETA EDTA 0,5ML / -	Unidade	1000	R\$ 990,00
1718	175366	TUBO PARA LABORATÓRIO DE ANÁLISE / Material: Vidro; Tipo: Tubo de hemólise; Informações Adicionais:	Unidade	2000	R\$ 287,50
35510	0617217839	UREIA - EBRAM / -	Unidade	3335	R\$ 5.616,14
11008	0617213755	UREIA - REAGENTE BIOQUÍMICA / KIT/TESTES	Unidade	2625	R\$ 8.233,96
35077	0617211389	VDRL / (KIT)	Frasco	6	R\$ 444,00

VALOR TOTAL GERAL (R\$):

482.096,41

Documento assinado digitalmente
 ALEXANDRE MARTINS DA CUNHA
Data: 05/02/2026 21:11:04-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ALEXANDRE MARTINS DA CUNHA – Cap
Chefe do Laboratório de Análises Clínicas

MINISTERIO DA DEFESA
EXERCITO BRASILEIRO
CMA - 12º RM
HGUSGC - UG 160545

RELATÓRIO DE CONSUMO POR DEPENDENCIA - H Gu S G CACHOEIRA / LAC USO

Período considerado: De 01/01/2024 até 31/12/2024

Nr Ficha	Cod Mat/Proposta	Nome material	Unid Med / Cons	Quantidade	Valor Total
11103	0617217089	BILIRRUBINA DIRETA - REAGENTE / TESTE	Unidade	4100	R\$ 8.260,00
35418	0617217614	MICROESFERAS / PARA COAGULAÇÃO	Unidade	2	R\$ 599,98
11112	0617216224	ACIDO URICO - REAGENTE BIOQUÍMICA / KIT/TESTES	Unidade	900	R\$ 1.630,00
22001	164537	ÁGUA SANITÁRIA / Capacidade (Litros): 1;	Litro	34	R\$ 68,52
3699999	0617218197	AGULHA DESCARTÁVEL 25X7MM CAIXA C/100 UND / ESTÉRIL, CORPO AÇO INOX, BISELADA, EM CANHÃO, PLÁSTICO R	Caixa	2903	R\$ 693,01
35605	0617211625	AGULHA DESCARTAVEL A VACUO 25 X 8 / UNIDADE	Unidade	100	R\$ 25,00
36953	181096	AGULHA HIPODÉRMICA / Número: 25 x 7; Material: Aço Inoxidável Siliconizado; Tipo: Bisel Curto Trifac	Unidade	401	R\$ 40,04
36944	061721975	AGULHA PARA TUBO A VACUO / 25X7	Unidade	100	R\$ 25,00
35514	0617217844	AGULHA REAGENTE / SX160	Unidade	2	R\$ 4.792,96
35489	0617217820	ALBUMINA - EBRAM / -	Unidade	400	R\$ 320,00
11113	0617216226	ALBUMINA - REAGENTE BIOQUÍMICA / TESTES	Unidade	601	R\$ 1.012,28
36977	0617216813	ALCOOL 70% GEL / FRASCO 500 ML	Unidade	4	R\$ 47,20
22019	176967	ALCOOL ETÍLICO / Apresentação: Frasco com 1000 ml; Concentração: 70%;	Unidade	6	R\$ 23,30
10023	159290	ÁLCOOL ETÍLICO / Apresentação: Líquido; Concentração: 70 % (70GL); Tipo: Hidratado ; Uso: ; Informaç	Unidade	19	R\$ 148,20
36016	0617215521	ALCOOL ETÍLICO LITRO 70% / FRASCO	Frasco	7	R\$ 74,70
16003	168009	ALFINETE / Tipo: Dama;	Unidade	10	R\$ 28,30
36021	159728	ALGODÃO HIDRÓFILO / Apresentação: Pacote com 250g;	Unidade	1	R\$ 15,99
36022	180308	ALGODÃO HIDRÓFILO / Apresentação: Rolo de 500g;	Unidade	29	R\$ 122,69
11006	0617214514	ALT/TGP - REAGENTE BIOQUÍMICA / KIT/TESTES	Unidade	400	R\$ 1.160,00
11120	0617216236	AMILASE - REAGENTE BIOQUÍMICA / KIT/TESTES	Unidade	1600	R\$ 7.200,00
11005	061721305	AST/TGO - REAGENTE BIOQUÍMICA / TESTES	Unidade	401	R\$ 9.428,84
35175LAC	0617212284	BANDAGEM ASSEPTICA P/ CURATIVO COM 200 UNIDADES / Caixa com 500 und	Caixa	8	R\$ 112,00
11149	0617211913	BASOLYSE PARA EQUIPAMENTO PENTRA NEXUS /60/80/120 / -	Galao	5	R\$ 3.110,00
35102	0617211622	BETA HGC EM SORO / -	Nao Cadastrado	3000	R\$ 2.610,00
35491	0617217822	BILIRRUBINA TOTAL - EBRAM / -	Unidade	300	R\$ 381,00
11114	0617216227	BILIRRUBINA TOTAL - REAGENTE BIOQUÍMICA / teste	Unidade	2850	R\$ 5.747,50
16023	159068	BLOCO DE NOTAS AUTOADESIVA / Cor: Colorida;	Unidade	4	R\$ 13,88
16018	175036	BOBINA PARA ESCRITÓRIO /	Unidade	7	R\$ 206,15
16020	185729	BORRACHA ESCOLAR / Tipo: Látex;	Unidade	28	R\$ 19,82
35232	0617213815	CALCIO - METODO COLORIMETRICO / kit	Unidade	750	R\$ 990,00
11121	0617216761	CÁLCIO / TESTE	Unidade	2200	R\$ 7.480,00
35910	0617218542	CALCIO EBRAM / -	Unidade	1600	R\$ 2.112,00

RELATÓRIO DE CONSUMO POR DEPENDENCIA - H Gu S G CACHOEIRA / LAC USO					Página 2 / 5
Nr Ficha	Cod Mat/Proposta	Nome material	Unid Med / Cons	Quantidade	Valor Total
35010	0617211449	CALIBRADOR / -	Conjunto	2	R\$ 2.000,00
35511	0617217840	CALIBRADOR BIOQUIMICA -EBRAM / -	Unidade	2046	R\$ 7.065,82
35051	061721617	CAMARA NEUBAUER DUPLA ESPELHADA	Unidade	1	R\$ 159,99
16029	164550	CANETA /	Unidade	10	R\$ 4,20
16030	164533	CANETA / Tipo: Esferográfica;	Unidade	737	R\$ 326,96
16034	162422	CANETA PARA RETROPROJETOR / Cor: Preto;	Unidade	82	R\$ 118,96
16044	162424	CANETA PARA RETROPROJETOR / Cor: Vermelho;	Unidade	5	R\$ 7,50
17351	0617218901	CARTUCHO TONER / SAMSUNG MLT-D111	Unidade	8	R\$ 298,00
17335	0617218526	CILINDRO DA IMPRESSORA LEXMARK / Referências do cilindro 12A8302	Unidade	1	R\$ 38,00
11115	0617216229	CK TOTAL / TESTES	Unidade	1350	R\$ 4.765,00
35494	0617217824	CKMB - EBRAM / -	Unidade	250	R\$ 2.042,50
11002	0617212592	CKMB - REAGENTE BIOQUÍMICA / TESTES	Unidade	1200	R\$ 10.770,00
11130	0617217426	CLEANER PARA EQUIP PENTRA NEXUS 60/80/120 / -	Unidade	10	R\$ 1.230,00
16062	186130	CLIPS PARA PAPEL / Tamanho: 2/0;	Caixa	8	R\$ 15,58
16421	0617218859	COLA INSTANTÂENA 5GR / -	Unidade	11	R\$ 58,30
11003	0617212993	COLESTEROL TOTAL - REAGENTE / TESTES	Unidade	600	R\$ 276,00
36069	192437	COLETOR DE MATERIAL PERFUROCORTANTE / Capacidade: 13 Litros; Composição: Caixa Externa e Bandeja em	Unidade	51	R\$ 181,05
36070	192382	COLETOR DE MATERIAL PERFUROCORTANTE / Capacidade: 20 Litros; Composição: Caixa Externa e Bandeja em	Unidade	46	R\$ 180,01
35244	0617213829	COLETOR DESCARTAVEL NÃO ESTERIL PARA FEZES COM LIQUIDO PRESERVATIVO / UNIDADE / FICHA 35244	Unidade	135	R\$ 313,20
35086	0617211452	COLETOR UNIVERSAL / UNIDADE	Unidade	1970	R\$ 1.027,00
36126	0617215990	COMPRESSA DE GAZE 7,5 X 7,5CM COM 10 UND ESTERIL / PACOTE	Pacote	70	R\$ 0,70
36127	0617211945	COMPRESSA DE GAZE 7,5 X 7,5CM COM 500 UND / PACOTE	Pacote	14	R\$ 301,24
11157	0617212272	CONJUNTO SANGUE PADRAO PARA CONTROLE HEMATLOGICO KX 21 / FICHA 35174	Conjunto	4	R\$ 4.000,00
35513	0617217843	CONTROLE SORO CONTROLE ANORMAL - EBRAM / -	Unidade	27	R\$ 2.776,14
35512	0617217842	CONTROLE SORO CONTROLE NORMAL - EBRAM / -	Unidade	33	R\$ 2.929,41
11170	0617217794	CORANTE PANOTICO RAPIDO / CAIXA	Caixa	10	R\$ 339,98
11004	061721125	CREATININA - REAGENTE BIOQUÍMICA / KIT/TESTES	Unidade	3351	R\$ 14.403,34
35516	0617217846	CUBETAS REAÇÃO C/100 / SX160	Unidade	2	R\$ 3.692,26
11109	0617213817	DESIDROGENASE LACTICA LDH / TESTES	Unidade	301	R\$ 2.784,72
22005	159229	DETERGENTE / Tipo: Uso doméstico;	Unidade	20	R\$ 36,60
11150	0617211914	DILUENTE PARA EQ. PENTRA NEXUS / 60 /80/120 / FICHA 35121	Unidade	10	R\$ 4.120,00
36180	192583	ESCALPE / Apresentação: Caixa com 50 unidades; Número: 23G; Cor: Azul; Informações Adicionais: Com A	Unidade	100	R\$ 180,00
36186	160899	ESPARADRAPO / Uso: ; Tipo: Rolo; Material: 100 % Algodão com Resina Acrílica Impermeável; Tamanho: 1	Unidade	2	R\$ 0,02
22066	161529	ESPONJA DE LIMPEZA / Tipo: Espuma;	Unidade	7	R\$ 11,83
11024	0617211715	FERRO / TESTE	Unidade	1000	R\$ 3.230,00
16025	161164	FITA ADESIVA PARA ESCRITÓRIO / Tipo: Dupliface;	Unidade	2	R\$ 13,00
16133	0617214651	FITA ADESIVA TRANSPARENTE TAMANHO 50MM X 50M / 50MM X 50M	Rolo	5	R\$ 15,73
16347	0617217046	FITA CREPE 50MM X 50M / 50MM X 50M	Rolo	2	R\$ 17,70
Relatório emitido pelo SISCOFIS OM - Usuário : IDS0108606971 / MARTINS - Data de emissão : quinta-feira, 5 de fevereiro de 2026					Página 2 / 5

RELATÓRIO DE CONSUMO POR DEPENDENCIA - H Gu S G CACHOEIRA / LAC USO					Página 3 / 5
Nr Ficha	Cod Mat/Proposta	Nome material	Unid Med / Cons	Quantidade	Valor Total
09200	0617211697	FITA TESTE PARA GLICEMIA CAPILAR / CAIXA C/ 50 UND	Frasco	1	R\$ 0,42
35499	0617217829	FOSFATASE ALCALINA - EBRAM / -	Unidade	1800	R\$ 1.530,00
11107	0617213812	FOSFATASE ALCALINA / TESTES	Unidade	2074	R\$ 3.567,90
35604	0617219062	FRASCO LABORATORIAL 125ML ROSQUEADO / Unidade	Unidade	5	R\$ 3.849,65
11105	0617211478	GAMA GLUTAMIL TRANSFERASE / TESTES	Unidade	1900	R\$ 5.690,00
35500	0617217830	GAMA GT - EBRAM / -	Unidade	300	R\$ 438,00
361277	172287	GARROTE / Uso: Adulto; Tamanho: 40 X 4cm ; Composição: Confeccionado em tecido elástico - látex, com	Unidade	6	R\$ 64,80
35476	0617217647	GARROTE PARA USO EM COLETA DE SANGUE / -	Unidade	20	R\$ 143,80
36293	0617215078	GAZE TIPO QUEIJO / UNIDADE	Unidade	1	R\$ 89,00
11118	0617216232	GLICOSE / TESTES	Unidade	1300	R\$ 2.166,00
35501	0617217831	GLICOSE - EBRAM / -	Unidade	1000	R\$ 460,00
36067	0617218911	GLICOSIMETRO DIGITAL / Leitura de 20 a 500mg/dl e faixa de hematócrito de 20 a 60%. COMODATO	Unidade	1	R\$ 113,00
16147	186870	GRAFITE PARA LAPISEIRA / Espessura: 0,7;	Unidade	1	R\$ 1,25
16154	186608	GRAMPO PARA PAPEL / Material: Galvanizado;	Caixa	2	R\$ 16,98
16261	186627	GRAMPO TRILHO PARA PASTA / Material: Plástico;	Unidade	3	R\$ 0,45
11124	0617214887	HDL COLESTEROL / TESTES	Unidade	1140	R\$ 4.788,60
1714	0617217727	KIT CONJUNTO COMPLETO COMPOSTO POR TRÊS MICROPIPETAS / CONTROLE DE QUALIDADE DE VOLUMES DE ASPIRAÇÃO	Caixa	1	R\$ 3.999,94
36952	0617217629	KIT GASOMETRIA / TESTE	Unidade	5250	R\$ 86.152,50
35503	0617217833	LACTATO DESIDROGENASE DHL - EBRAM / -	Unidade	1100	R\$ 2.640,00
35600	0617218940	LÂMINA DE VIDRO / para microscopia, medindo 26 x 76mm, com extremidade fosca.	Unidade	100	R\$ 7,48
35601	0617218941	LÂMINA DE VIDRO / PARA MICROSCOPIA, MEDINDO 26 X 76MM, LISA.	Unidade	200	R\$ 12,27
35097	0617211612	LAMINA MICROSCOPIA COM ESTREMIDADE FOSCA / CAIXA C/ 50	Caixa	226	R\$ 1.243,00
35014	0617216691	LAMINA MICROSCOPIA LISA / CAIXA	Caixa	2	R\$ 12,24
35033	0617216692	LAMINULA MICROSCOPICA / CAIXA	Caixa	10	R\$ 300,00
35517	0617217847	LAMPADA 12V 20W - SX160 / -	Unidade	1	R\$ 839,00
16163	186848	LÁPIS / Tipo: 2H;	Unidade	12	R\$ 3,43
16275	186076	LAPISEIRA / Numeração: 0,7;	Milímetro	2	R\$ 7,58
11128	0617217424	LEUCODIFF PARA EQUIP PENTRA NEXUS /60/80/120 / -	Unidade	5	R\$ 2.335,00
26426	0617218971	LIMPADOR DE QUADRO BRANCO / -	Unidade	5	R\$ 63,50
11110	0617215550	LIPASE / TESTE	Unidade	500	R\$ 2.516,00
10031.	061721230	LUVA DE PROCEDIMENTO TAM. XP / CAIXA	Caixa	4	R\$ 54,00
36318	171530	LUVA PARA PROCEDIMENTOS / Apresentação: Caixa com 100 unidades; Tamanho: "G"; Material: Látex natura	Unidade	4	R\$ 0,04
10069.	162599	LUVA PARA PROCEDIMENTOS / Apresentação: Caixa com 100 unidades; Tamanho: 6M; Material: Látex; Infor	Unidade	89	R\$ 550,62
10033.	161972	LUVA PARA PROCEDIMENTOS / Apresentação: Caixa com 100 unidades; Tamanho: 6P; Material: Látex; Infor	Unidade	71	R\$ 508,31
3699953	215522	LUVA PARA PROCEDIMENTOS / Apresentação: Caixa com 100 unidades; Tamanho: Extra-pequena; Material: Lá	Unidade	3	R\$ 3,00
11129	0617217425	LYSEBIO PARA EQUIP PENTRA NEXUS 60/80/120 / -	Unidade	5	R\$ 3.835,00
35505	0617217834	MAGNESIO - EBRAM / -	Unidade	3000	R\$ 8.070,00
Relatório emitido pelo SISCOFIS OM - Usuário : IDS0108606971 / MARTINS - Data de emissão : quinta-feira, 5 de fevereiro de 2026					Página 3 / 5

RELATÓRIO DE CONSUMO POR DEPENDENCIA - H Gu S G CACHOEIRA / LAC USO					Página 4 / 5
Nr Ficha	Cod Mat/Proposta	Nome material	Unid Med / Cons	Quantidade	Valor Total
11116	0617216230	MAGNESIO / TESTES	Unidade	3600	R\$ 10.614,00
16399	186626	MARCADOR PARA QUADRO BRANCO / Cor: Verde;	Unidade	10	R\$ 26,00
3699925	0617218374	MASCARA CIRURGICA / MÁSCARA CIRÚRGICA DESCARTÁVEL, CONFECCIONADA EM 3 CAMADAS HIPOALERGÊNICA, COM EL	Unidade	2	R\$ 1,36
36333	061721847	MASCARA CIRURGICA DESCARTAVEL/ CAIXA C/50 UND / -	Caixa	1	R\$ 0,01
35340	0617214909	MICROCUBETAS DESCARTÁVEIS / UNIDADE	Unidade	1	R\$ 585,00
11127	0617217423	MICROESFERAS / -	Caixa	6	R\$ 1.626,00
35328	0617214897	MICROPIPETA 200MCL / UNIDADE	Unidade	2	R\$ 400,00
35487	0617217801	MICROTUBO P/ SORO 0,5ML NEONATAL / UNIDADE	Unidade	2050	R\$ 2.050,00
35124	0617211918	MINOCLAIR MARCA ABX / FRASCO / FICHA 35124	Frasco	5	R\$ 630,00
17365	0617215535	NOBREAK 3 KVA, TECNOLOGIA DUPLA CONVENÇÃO / UNIDADE	Unidade	3	R\$ 2.136,00
35181	0617212359	OLEO P/ IMERSÃO / FRASCO / FICHA 35181	Frasco	3	R\$ 51,00
22049	06172135	PANO DE CHAO ALVEJADO M BRANCO / UNIDADE	Unidade	2	R\$ 6,40
16209	185898	PAPEL / Tipo: A4;	Pacote	31	R\$ 543,71
16431	0617218987	PAPEL FLIP CHART / -	Pacote	20	R\$ 703,40
16362	0617217062	PAPEL FOTOGRAFICO TAMANHO 210MM X 297MM / UNIDADE	Unidade	117	R\$ 71,37
16195	061721760	PAPEL KRAFT / UNIDADE	Unidade	2	R\$ 53,58
16203	061721996	PAPEL OFICIO A4 / RESMA	Resma	55	R\$ 1.019,15
16354	172703	PASTA / Modelo: Catálogo;	Unidade	3	R\$ 59,94
35911	0617218543	PCR TURBIDIMETRIA EBRAM / -	Unidade	3948	R\$ 18.595,08
35915	0617218841	PCR-TURBIDIMETRIA TESTE / REAGENTE	Unidade	2500	R\$ 25.000,00
35096	0617211611	PEÇA PARA EQUIPAMENTO TIPO CUBETA APLICAÇÃO PARA COAGULAMETRO / -	Unidade	1280	R\$ 2.496,00
26114	186118	PILHA / Tipo: AA;	Unidade	4	R\$ 16,64
26052	186124	PILHA / Tipo: AAA;	Unidade	6	R\$ 24,24
35312	0617214713	PLACA DE KLINE C/ 12 ESCAVA / UNIDADE	Unidade	18	R\$ 504,00
16364	0617217068	PLASTICO MATERIAL LISOLENE / UNIDADE	Unidade	2	R\$ 182,14
35013	061721192	PONTEIRA PARA MICROPIPETA CAPACIADE 200 MICROLITROS / FICHA 35013	Pacote	18100	R\$ 181,26
35020	061721197	PONTEIRA PARA MICROPIPETA CAPACIDADE 1000 MICROLITROS / FICHA 35020	Pacote	12	R\$ 378,00
1716	0617217729	PONTEIRA UNIVERSAL LONGA - VOLUME DE 50 A 1000 MICROLITRO / LONGA TRASNPARENTE COM FILTRO	Unidade	5	R\$ 1.849,95
35916	0617218842	POTÁSSIO ENZIMÁTICO - TESTE / REAGENTE	Unidade	3001	R\$ 77.362,80
16373	0617217129	PRENDEDOR DE PAPEL TIPO MOLA 41MM / UNIDADE	Unidade	10	R\$ 8,00
11104	0617217417	PROTEÍNA "C" REATIVA / TESTE	Unidade	3548	R\$ 16.711,08
35409LAC	0617216221	PROTEINA TOTAL / TESTES	Unidade	400	R\$ 328,00
11158	0617212579	REAGENTE HEMOLIZANTE PARA EQUIPAMENTO DE HEMATOLOGIA / UNIDADE	Unidade	26	R\$ 32.727,06
35085	0617211451	REAGENTE LUGOL / FRASCO / FICHA 35085	Frasco	4	R\$ 90,02
35519	0617217851	REAGENTE R2 C/10 / -	Caixa	50	R\$ 500,00
16254	185914	RÉGUA / Material: Plástico;	Unidade	2	R\$ 1,98
35200	0617212608	ROTAVIRUS AGLUTINAÇÃO / látex kit	Unidade	3	R\$ 417,00
11159	0617217708	SANGUE CONTROLE 3 NÍVEIS / -	Unidade	14	R\$ 23.868,66
36385	161250	SERINGA / Apresentação: Embalagem com 1; Tipo: Hipodérmica; Capacidade: 10 ml; Com Agulha: Sim; Info	Unidade	290	R\$ 26,60
Relatório emitido pelo SISCOFIS OM - Usuário : IDS0108606971 / MARTINS - Data de emissão : quinta-feira, 5 de fevereiro de 2026					Página 4 / 5

Nr Ficha	Cod Mat/Proposta	Nome material	Unid Med / Cons	Quantidade	Valor Total
36383	161253	SERINGA / Apresentação: Embalagem com 1; Tipo: Hipodérmica; Capacidade: 3 ml; Com Agulha: Sim;	Unidade	1320	R\$ 98,30
36384	161252	SERINGA / Apresentação: Embalagem com 1; Tipo: Hipodérmica; Capacidade: 5 ml; Com Agulha: Sim; Infor	Unidade	2070	R\$ 220,20
36951	0617217628	SERINGA COM HEPARINA PARA GASOMETRIA / CAIXA	Caixa	400	R\$ 2.148,00
35917	0617218843	SÓDIO ENZIMÁTICO - TESTE / REAGENTE	Unidade	3001	R\$ 85.047,00
11125	0617212411	SOLUÇÃO DE LIMPEZA / -	Litro	15	R\$ 5.428,05
35434	0617216247	SOLUÇÃO DESPROTEINIZANTE-ROCHE / FICHA 35434	Conjunto	5	R\$ 12.000,00
11151	242886	SORO / Indicação: ; Tipo de Análise: Anti-A; Aspecto Físico: ; Composição: Monoclonal; Apresentação:	Unidade	16	R\$ 335,52
35067	242891	SORO / Indicação: ; Tipo de Análise: Anti-B; Aspecto Físico: ; Composição: Monoclonal; Apresentação:	Unidade	5	R\$ 143,45
35068	0617211349	SORO ANTI D MONOCLONAL 100ML / UNID / FICHA 35068	Unidade	11	R\$ 358,72
35531	0617218412	SORO CONTROLE PARA PCR ULTRA NIVEL II / -	Unidade	4	R\$ 1.027,24
11137	0617211954	TEMPO DE ATIVIDADE DE PROTROMBINA (TAP) / CAIXA / -	Unidade	2275	R\$ 4.186,00
35524	0617217992	TESTE DE DETECÇÃO DE ANTÍGENO COVID-19 TESTE RÁPIDO / -	Unidade	225	R\$ 2,25
11136	0617211947	TESTE DE TROMBOPLASTINA PARCIAL ATIVADO (TTPA) / FICHA 35125	Caixa	1994	R\$ 3.668,96
035913	061721157	TESTE IMUNOLOGICO PARA GRAVIDEZ (HCG URINA) / KIT	Caixa	1118	R\$ 1.716,99
35305	0617214440	TESTE RÁPIDO P/ ROTAVÍRUS / KIT	Conjunto	3	R\$ 417,00
35473	131007	TIRA REAGENTE, DIAGNOSTICO / PARA URINA,100 TIRAS, COM DENSIDADE EGTA.	Caixa	500	R\$ 125,00
17040	0617217988	TONER COMPATIVEL MS 317DN PARA IMPRESSORA LEXMARK MONOCROMATICA / -	Unidade	5	R\$ 300,00
35508	0617217838	TRIGLICERIDES - EBRAM / -	Unidade	400	R\$ 496,00
35914	0617218839	TRIGLICERIDES TESTE / REAGENTE	Unidade	2501	R\$ 8.761,46
35029	061721206	TUBO CONICO DE VIDRO/PLASTICO PARA URINALISE / peca	Unidade	500	R\$ 5,00
35467	0617217420	TUBO DE COLETA / BIOQUIMICA	Unidade	2803	R\$ 2.573,00
35306	0617214441	TUBO P/ COLETA COM FLURETOS / CAIXA / FICHA 35306	Unidade	200	R\$ 41,00
35031	061721207	TUBO PARA COLETA A VACUO COM EDTA - 2ML PEDIATRICO / PACOTE / FICHA 35031	Pacote	1190	R\$ 3.141,50
35042	061721614	TUBO PARA COLETA DE SANGUE A VACUO COM CITRATO / UNIDADE	Unidade	100	R\$ 70,00
35045	061721595	TUBO PARA COLETA DE SANGUE A VACUO COM EDTA - 4ML TAMPA HEMOGARD / UNIDADE	Unidade	2000	R\$ 680,00
35528	0617218193	TUBO PARA COLETA EDTA 0,5ML / -	Unidade	1000	R\$ 800,00
1718	175366	TUBO PARA LABORATÓRIO DE ANÁLISE / Material: Vidro; Tipo: Tubo de hemólise; Informações Adicionais:	Unidade	500	R\$ 5,00
35057	0617211351	TUBO VACUO EDTA 4,5ML T/ ROXA 100BD / FICHA 35057	Caixa	400	R\$ 104,00
11008	0617213755	UREIA - REAGENTE BIOQUÍMICA / KIT/TESTES	Unidade	250	R\$ 1.300,00
VALOR TOTAL GERAL (R\$):					621.346,93



Documento assinado digitalmente
ALEXANDRE MARTINS DA CUNHA
Data: 05/02/2026 21:11:04-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ALEXANDRE MARTINS DA CUNHA – Cap
Chefe do Laboratório de Análises Clínicas

ANEXO VIII AO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026 - HGuSGC

PROPOSTA DE PREÇOS

TIMBRE DA EMPRESA

Referência: Edital do Pregão Eletrônico nº **90002/2026 - HGuSGC**

Sr. PREGOEIRO,

1. A Empresa _____ sediada à (rua, bairro, cidade, telefone/fax, etc), __, inscrita no CNPJ nº _____, neste ato representada por _____, abaixo assinado, propõe ao Hospital de Guarnição de São Gabriel da Cachoeira, a realizar os serviços abaixo indicado(s), conforme Termo de Referência do Edital em epígrafe, nas seguintes condições:

Item	DISCRIMINAÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE	QNT	Preço Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
VALOR GLOBAL DA PROPOSTA (R\$).....					

Valor total da proposta é R\$ ----- (-----).

2. A execução do serviço deverá ser procedida conforme disposto no Termo de Referência, Anexo I ao Edital do Pregão Eletrônico nº **90002/2026 - HGuSGC**.

3. Local de execução do objeto: Os serviços serão prestados nos locais indicados abaixo.

9º Batalhão de Suprimento: Rua Quintino de Sá Cavalcante, 250, bairro Dabarú, São Gabriel da Cachoeira – AM, CEP: 68.750-000.

4. Prazo de validade da proposta: 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação;

5. Será garantida a substituição ou reparação do serviço ofertado, em caso de defeito ou incorreção na sua execução, substituindo-o, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, ficando por conta da empresa todas as despesas relativas a essa substituição ou reparação.

6. Estão inclusos no preço todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxas de administração, materiais, serviços e encargos sociais.

7. Dados bancários: (informar banco, agência e conta-corrente);

8. Caso nos seja adjudicado o objeto da presente licitação, nos comprometemos a receber a nota de empenho no prazo determinado no Edital e indicamos o(a) Sr(a). _____, Carteira de identidade nº _____, CPF nº _____, _____ (função na empresa), como responsável legal desta empresa.

Local e data

Nome e Cargo do Representante da Empresa

MODELO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021



MINISTÉRIO DA DEFESA

EXÉRCITO BRASILEIRO

HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA

Hospital Uaupés/1992 – Unidade Mista SUSAM/1944)

Processo Administrativo nº 64598.000313/2026-15

Ata de Registro de Preços nº XX/XXXX

A União por intermédio do Hospital de Guarnição de São Gabriel da Cachoeira – AM , com sede na Rua Quintino de Sá Cavalcante, 250, Bairro Dabarú, CEP 69.750-000, São Gabriel da Cachoeira / AM, inscrito no CNPJ/MF sob o CNPJ sob o nº 09.561.263/0001-44, neste ato representado pelo Tenente Coronel MARCO AURÉLIO VIANELLO, nomeado pela Portaria Cmt Exército nº 618 de 22 de MAIO de 2025, publicada no DOU de 96 de 23 de MAIO de 2025, inscrito no CPF nº 031.374.206-52 portador da carteira de identidade nº 043502214-0-EB, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 90001/2026, processo administrativo nº 64598.000313/2026-15., RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a Aquisição de material de consumo laboratorial, insumos, calibradores e controles destinados ao Laboratório de Análises Clínicas do Hospital de Guarnição de São Gabriel da Cachoeira, para utilização em equipamentos laboratoriais pertinentes de propriedade do hospital, especificados nos itens do Termo de Referência, anexo do edital de Licitação nº 90002/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o Hospital de Guarnição de São Gabriel da Cachoeira.

3.2. Além do gerenciador, há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços, são elas a 2ª brigada de infantaria de selva, a 21ª cia eng e const.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por até 10 anos, mediante a contrato.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal

como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

11.2. *No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.*

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s)

registrado(s)

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade